

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO IX — N.º 95 — SÃO PAULO, JUNHO DE 1965 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2

O comportamento das autoridades fascistas de Lisboa e Madrid em face do assassinio do general Humberto Delgado corresponde exactamente ao que previamos. Ambos os governos declinam a sua responsabilidade nos acontecimentos, alegando nada terem a ver com a sórdida trama montada para atrair à morte o ex-candidato da Oposição à Presidência de Portugal. Porta-vozes de Franco insistem em que Madrid deseja levar o inquérito às suas últimas consequências para "limpar a honra da Espanha". Mas não se verificou até agora uma só iniciativa que demonstre no terreno prático o intuito de concretizar esse propósito. Franco Nogueira, pelo seu lado, falando por Salazar, afirmou em Londres que o seu chefe não se opõe a que seja realizado um inquérito internacional. Mas foi logo acrescentando que o problema é da exclusiva alçada do governo espanhol... O corpo de Delgado acaba, é verdade, de ser posto à disposição da família, mas esse gesto é gratuito e hipócrita, pois o caudilho sabe que Salazar não autoriza a sua entrada em Portugal por recear as manifestações populares que o funeral inevitavelmente provocaria. Tudo permanece assim na estaca zero.

A atitude das autoridades fascistas ibéricas é perfeitamente lógica. Cúmplices no crime, que podem elas fazer senão exibir uma fachada de inocência inconvincente e evitar, na medida do possível, que a verdade venha à tona?

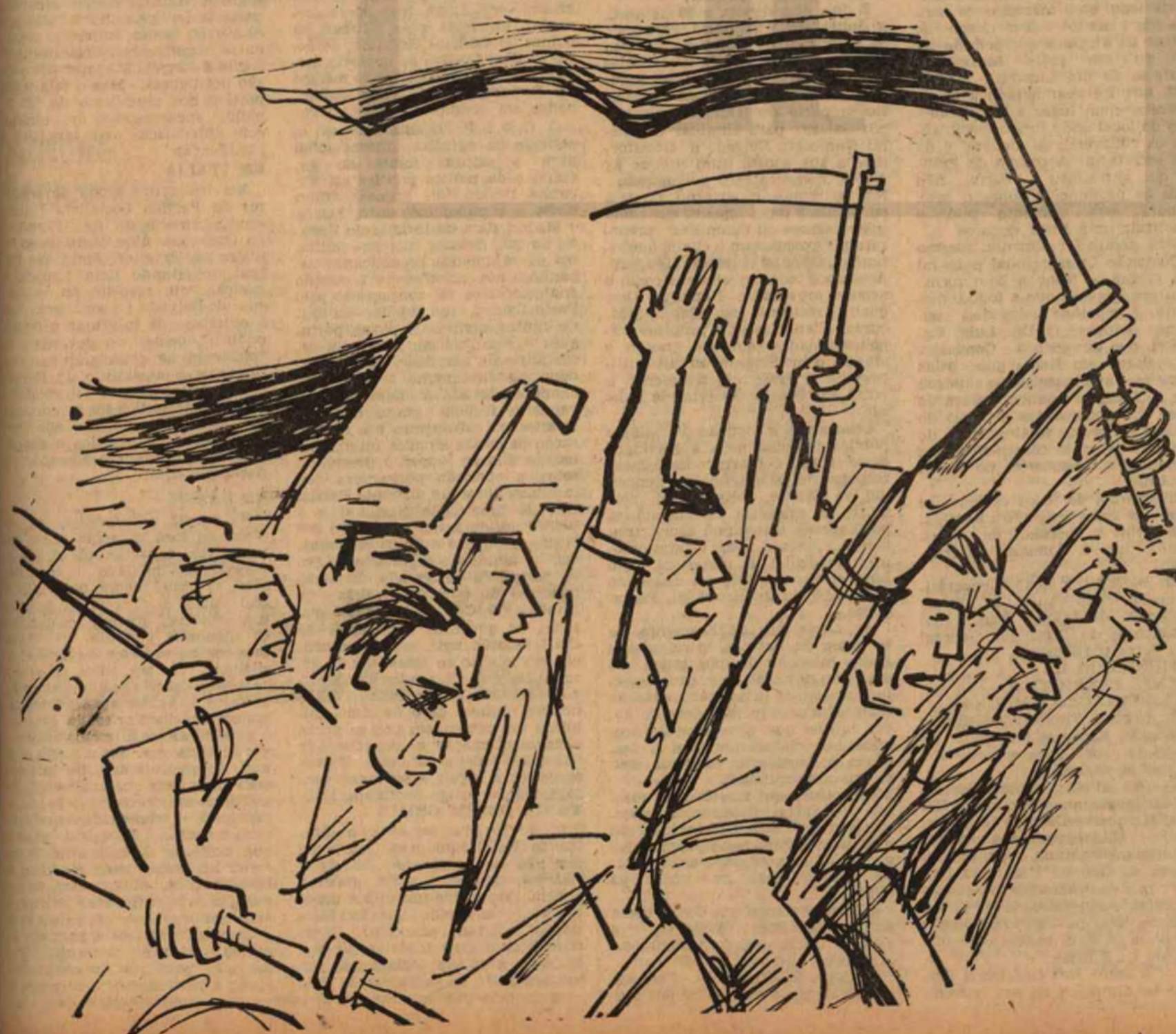
Cabe, portanto, às forças democráticas portuguesas e à opinião pública internacional a tarefa difícil de esclarecer em que circunstâncias foi perpetrado o duplo assassinio. São muitos os factos que parecem indicar que o general foi vítima de uma armadilha montada pela PIDE com a ajuda de elementos seus que haviam conseguido conquistar-lhe a confiança. A própria simultaneidade e coincidência das acusações que as autoridades salazaristas e alguns "representantes" de Humberto Delgado em cidades

estrangeiras fazem à FPLN e a uma das forças políticas nela integrada, o Partido Comunista Português reforça a convicção de que esses suspeitos "representantes" têm graves responsabilidades na eliminação do general.

Uma coisa se pode desde já afirmar com segurança: as manobras confusionistas da propaganda fascista e as calúnias propaladas pelos agentes provocadores disfarçados de "representantes" malograram completamente. A opinião pública mundial responsabiliza Salazar e Franco pelo assassinio de Humberto Delgado e da sua secretária. Por outro lado, a emigração política portuguesa recebeu com o merecido desprezo as manobras divisionistas a que o fascismo se entregou com a ajuda da quinta-coluna que mantém em vários países. A sua resposta está nas colunas dos jornais e nos programas de rádio. O "Luso-Canadiano", no Canadá; "O Portuguese and Colonial Bulletin", na Inglaterra; o "Imigrante Democrático", na Venezuela, o nosso jornal, no Brasil, as emissoras "Rádio Portugal Livre" e "Voz da Liberdade" denunciaram desde o primeiro momento essas tentativas de provocação e confusão, atribuindo a inteira responsabilidade pelo crime a Salazar e ao seu comparsa Franco.

Não negamos as profundas divergências que nos separavam do general Delgado. A sua morte trágica veio, aliás, confirmar os perigos e as consequências dos métodos de actividade revolucionária que ele preconizava. Mas a nossa discordância, repetimo-lo, não obsta a que prestemos a nossa homenagem ao herói caído na luta pela libertação de Portugal. Pode o fascismo estar certo: as forças democráticas portuguesas não pouparão esforços para atingir o objetivo que se propuseram: esclarecer as circunstâncias em que Humberto Delgado foi abatido pela PIDE.

PORTUGAL
DEMOCRATICO



AINDA A MORTE DO GENERAL DELGADO

LISBOA (do correspondente)

O assassinio do General Delgado continua despertando a mais veementemente indignação em todo o povo português. Este crime hediondo chamou mais uma vez a atenção da opinião pública internacional para os processos de repressão a atividade política, vigente em Portugal. Para os opositoristas portugueses, que têm vindo a sofrer na carne, já vai para quarenta anos, a violência criminoso e cruel dessa repressão, não pode haver a mínima dúvida quanto à mão que praticou o crime: ela é a mesma que matou, à traição, em circunstâncias identicas, dezenas de combatentes anti-fascistas. O povo português guarda no coração o nome destes mártires assassinados pela repressão de Salazar. Destes, o nome — símbolo, o que tem sido repetido mais vezes em Lisboa nestes ultimos dias, por ter sido morto em circunstancias bem semelhantes àquelas em que caiu o General Delgado, é o do escultor José Dias Coelho, abatido em fins de 1961 numa cilada que lhe foi preparada pela PIDE no bairro de Alcântara, nesta cidade. Bastaria a semelhança dos dois casos para mostrar aos portugueses que ambos os crimes têm a mesma assinatura: a da organização onipotente, um Estado dentro do Estado, que é a Polícia Política de Salazar. Espera o povo português que este crime, não seja tão facilmente abafado como foi a morte de Dias Coelho.

Entretanto, como se calculava, o governo de Salazar tudo faz para desorientar as investigações. O Dr. Mário Soares, pertencente ao Secretariado da Acção Democratico Social que, como advogado da família do General Delgado pretendia seguir para Badajoz, logo que foi anunciada a descoberta do corpo, teve o caminho barrado pela policia portuguesa e só depois de forte pressão internacional pôde finalmente deslocar-se a Espanha. A sra. D. Maria Iva de Andrade Delgado, viuva do General, só no dia 4 de maio conseguiu ir a Badajoz, acompanhada pelo seu filho, major Humberto Delgado, tendo procedido à identificação do corpo. O cadáver achava-se atrocemente mutilado e a identificação só foi possível devido a alguns objetos que estavam junto dele. O dr. Mário Soares, em nome da família solicitou ao governo de Salazar permissão para que o corpo seja trazido para Portugal, onde será inumado com as honras a que faz jus o "General sem medo", como continua a chamar-lhe o povo português. Também a Acção Democratico-Social em carta dirigida a Salazar pediu que o governo informe o país sobre tudo o que souber

(Continua na 2.ª página)

O 1.º de Maio foi em Portugal novamente uma jornada de luta. Todas as ameaças e manobras de intimidação da PIDE e o poderoso aparelho de repressão mobilizado contra o povo não bastaram para impedir que milhares de pessoas se manifestassem durante horas nas ruas da Baixa, em Lisboa, numa demonstração de que, na hora do levantamento nacional, nada poderá deter a arrancada das massas.

O ASSASSINIO DE DELGADO

(Continuação da pag. 1)
quanto à morte de Delgado e solicitou a trasladação, o mais depressa possível, do cadáver para Portugal "a fim de render-lhe as honras fúnebres que indubitavelmente merece".

SALAZAR RECUSA A TRASLADACÃO

Salazar não só recusou até agora a trasladação, receando a gigantesca manifestação que o enterro de Delgado provocaria em Portugal e que poderia pôr em perigo a sobrevivência do regime, como por intermédio de um porta-voz do seu governo, qualificou o General de "homem que, em estado de aberração mental, conspirou contra a sua pátria e se fez merecedor de ser sentenciado à morte em qualquer país". "Os círculos da oposição — disse o mesmo informador do Governo — estão muito ansiosos para fabricar um mártir". Estas declarações oficiais, de que Delgado mereceria ser condenado à morte "por traição à pátria" são consideradas em Lisboa como uma confissão implícita da responsabilidade do governo de Salazar nesta morte. Entretanto, perguntam os observadores políticos, como procederá o fascismo português agora, quanto ao pedido de trasladação do corpo, que a viúva e os filhos insistem em trazer para Portugal e que o governo espanhol, não desejando assumir responsabilidades maiores do que as que já tem, declarou encontrar-se à disposição da família?

A Oposição portuguesa pensa que Salazar fará tudo para resistir à imposição da opinião pública internacional, favorável à trasladação dos corpos, não estando excluída a hipótese da intervenção de um governo estrangeiro, que se ofereceria para receber o corpo de Delgado. Sabe-se, entretanto, que a família do General se opõe decididamente a esta solução e que tudo fará para que o ex-candidato à Presidência da República venha a ser enterrado em terra portuguesa.

A COMISSÃO DOS DIREITOS DO HOMEM

Privados de informações fidedignas sobre o caso, na sua própria imprensa, rádio ou televisão, os portugueses seguem ansiosamente pelas rádios estrangeiras a evolução do problema. Foi assim que souberam da constituição de uma Comissão de Investigação Internacional, organizada pela Federação Internacional dos Direitos do Homem, e composta por três juristas: Luigi Cavaliere (Itália), Henri Clerc (França) e Ian Macdonald (Inglaterra). Foram recebidas em Lisboa com grande esperança as primeiras declarações desta Comissão, aqui conhecidas pelas transmissões da Rádio Portugal Livre, segundo as quais "se a Polícia espanhola não é responsável pela morte de Delgado não pode pelo menos ignorá-la. O governo espanhol disse a Comissão — deve explicar este crime, pois a falta de uma explicação satisfatória imediata acarretaria a mais grave das responsabilidades". O dr. Ian Macdonald declarou posteriormente em Londres que "os governos de Madrid e de Lisboa devem ser acusados de violação dos Direitos do Homem e que tal culpabilidade tinha ainda maior gravidade devido ao fato de ambos terem inspirado ulteriormente rumores sobre a presença de Delgado em Argel, Praga e Milão".

INVESTIGAÇÃO EM ESPANHA

Outra esperança do povo português para a solução do caso reside na reação da parte mais saudável da Espanha que não deseja que este crime enodado a honra do seu país. Sobre-se portanto aqui com grande interesse que uma centena de advogados de Madrid pertencentes às mais diferentes correntes políticas, elaborou e apresentou um documento, que pode servir como acusação pública, segundo a lei espanhola, num eventual processo contra os assassinos do General. O representante dos advogados de Madrid neste caso é o conhecido causídico Mariano Robles, que já interveio noutros crimes políticos. O dr. Mariano Robles afirmou em Madrid: "O artigo 11 da Lei de Processo Criminal permite a qualquer cidadão espanhol ser acusador público nos delitos criminais. Os advogados de Madrid, indignados com este revoltante crime político querem colaborar o mais estreitamente possível com o Governo, para esclarecê-lo, se possível, e para destruir

qualquer sombra de dúvida que possa pairar sobre o bom nome da Espanha".

Espera-se porém em Lisboa que esta "colaboração estreita com o governo espanhol", seja apenas uma forma diplomática encontrada pelo grande advogado espanhol para poder prosseguir a sua ação, pois não resta aqui qualquer dúvida quanto à cumplicidade de Franco neste crime. De resto, foi anunciado abertamente nos jornais espanhóis que tinham chegado a Badajoz elementos da PIDE "para colaborar nas investigações".

O povo português continua entretanto acreditando que a opinião pública mundial não permitirá que fique impune (como ficou o assassinio de Dias Coelho e de dezenas de mártires da luta anti-fascista), mais este monstruoso crime praticado pelo salazarismo. (do Correspondente).

REAÇÕES NO ESTRANGEIRO

Estas são as notícias que nos chegam de Lisboa, quanto ao crime que vitimou o General Delgado. Vejamos agora quais as reações verificadas no estrangeiro.

A Comissão de Juristas da Federação Internacional dos Direitos do Homem tem encontrado grandes dificuldades para exercer a sua ação. Por enquanto, segundo declarou um dos seus membros, o advogado Ian Macdonald, ela acha-se perante quatro hipóteses: "1 — O General Delgado ter sido detido pela polícia espanhola; 2 — Ter sido morto por essa Polícia; 3 — Ter sido morto em outras circunstâncias e o seu cadáver ter sido descoberto pela polícia espanhola; 4 — A polícia portuguesa ter intervenido direta ou indiretamente no ato da morte".

O professor Emídio Guerreiro, representante do movimento do General Delgado em Paris, e delegado do Comité de Defesa das Liberdades de Portugal, declarou no princípio de maio, em Londres, que "Delgado foi torturado e estrangulado na Espanha por prazer de Salazar".

Começam a surgir algumas pistas que, se fôsse possível uma investigação séria, levariam à elucidação do crime. Anunciou-se, sem que este elemento importante tivesse sido posteriormente aproveitado, que se descobriu numa garagem de Badajoz um automovel de fabricação norte americana, coberto de lodo, com manchas de sangue nos assentos e com chapa do Estado de Virgínia, que poderia ter sido utilizado pelos assassinos. Trata-se de um Lincoln, modelo 1962, que foi abandonado a 28 de fevereiro num lugar a 27 quilómetros do local onde foram encontrados os cadáveres do General e da sua secretária. A polícia de Franco, que apreendeu o carro, não mais se pronunciou sobre o caso, embora este elemento pudesse constituir uma pista decisiva.

Será possível realmente, mesmo à Comissão Internacional para tal fim nomeada, levar a bom termo uma investigação que a todo o momento é sabotada pelos dois governos ibéricos? O Dr. Luigi Cavaliere, que pertence à Comissão, já declarou em Roma que pelas primeiras averiguações se apurou que o Governo espanhol estava de posse dos documentos pessoais do general "antes do final do mês de fevereiro". Ora, os corpos só foram oficialmente descobertos no dia 24 de abril.

Entretanto, de todos os lados se levantam vozes exigindo investigações sérias e liberdade de movimentos para a Comissão Internacional.

Em Portugal, a Ação Democrática Social como vimos na correspondência de Lisboa, insiste na trasladação do corpo do General para terra portuguesa.

COMUNICADO DA FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Em Argel, a Frente Patriótica de Libertação Nacional publicou, no dia 28 de abril, um comunicado, no qual se declara:

1 — As últimas informações recebidas levam-nos a crer que o General Humberto Delgado foi assassinado. Não esqueçamos, mesmo neste momento, tudo o que nos separamo do General Humberto Delgado, mas curvamo-nos perante o combatente que caiu, em plena atividade, lutando, segundo métodos que eram os seus, contra o regime fascista de Salazar.

2 — A Junta Revolucionária Portuguesa, anunciou no seu comuni-

cado de 23 de março de 1965, o propósito de "averiguar por todas as formas ao seu alcance, as circunstâncias em que se verificou o desaparecimento do General Humberto Delgado". Essas averiguações foram feitas, enfrentando, como é natural, muitas dificuldades. Embora as circunstâncias que rodeiam a viagem a Badajoz do General Delgado sejam contraditórias e preocupantes, as notícias com origem em Espanha, levam-nos a crer que estamos perante um odioso crime policial.

3 — Foi depois de ter anunciado, no dia 13 de fevereiro, que iniciava a sua viagem de regresso a Argel, que o general Humberto Delgado teria sido vítima duma cilada que, com grande antecedência vinha sendo preparada pela PIDE.

Para atrair o General Humberto Delgado à região e cidade de Badajoz, a PIDE utilizou certos elementos que se aproximaram do General, conseguiram ganhar a sua confiança, colaborando aparentemente com ele, mas que na realidade o tralam.

As averiguações realizadas permitiram concluir que o comportamento de certos indivíduos, já devidamente identificados, é altamente suspeito.

4 — O governo de Salazar cometeu mais um crime político: o assassinio do General Humberto Delgado. Mas aqueles que prepararam e executaram o assassinio do General Humberto Delgado, pretendem agora, com evidentes cumplicidades estrangeiras, aproveitar o seu próprio crime para atacar o movimento democrático português.

5 — A Junta Revolucionária Portuguesa denuncia firmemente este crime do governo fascista português, e decidindo embora acompanhar os inquéritos em curso, reserva-se a intenção de prosseguir as suas próprias investigações. As circunstâncias que rodearam o crime serão esclarecidas. Os criminosos serão identificados e publicamente denunciados.

A JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA ACUSA!

Dois dias depois, a 30 de abril, a Junta Revolucionária Portuguesa da F.P.L.N. esclarecia a sua posição perante a onda de calúnias que o fascismo levantara afirmando incisivamente: "Essas calúnias fazem parte do plano arquitetado por Salazar para eliminar o general Humberto Delgado e transformar a sua morte num ataque às forças democráticas portuguesas. Nós acusamos o governo fascista português e todos aqueles que como instrumentos ou cúmplices, prepararam e executaram a cilada que vitimou o General Humberto Delgado. Acusamos todos aqueles que, como agente provocador Henrique Cerqueira, residente em Rabat, procuram alienar as suas próprias responsabilidades (que são graves) e atacam o movimento unitário anti-fascista e estão objetivamente a colaborar com o Governo de Salazar."

Chamamos a atenção da opinião pública mundial para a gravidade deste crime. O Governo de Salazar responsável pelo crime de genocídio em África, responsável pela morte de centenas de democratas portugueses, assassinou agora, friamente, vilmente, como o faria qualquer quadrilha de gangsters, um homem que em 1958 foi candidato à Presidência da República Portuguesa.

Ao acusarmos publicamente o Governo de Salazar, afirmamos a nossa intenção de, por todos os meios ao nosso alcance, prosseguirmos as nossas investigações até ao desmascaramento completo de todos aqueles que, directa ou indirectamente, colaboraram com o fascismo português na execução deste crime abominável.

As notícias que nos chegam, mesmo de fontes oficiais espanholas, impõem dia a dia a conclusão de que o general Humberto Delgado foi atraído a uma cilada e em território espanhol caiu em poder da PIDE.

Salazar ordenou e a PIDE como sempre executou. Organizador e agentes confundem-se. Denunciamos uns e outros.

O General Humberto Delgado combatia um e outros. E por isso



Democratas Portugueses de Montreal, no Canadá, desfilam perante o consulado de Portugal em manifestação de protesto contra o assassinio de Delgado.

foi assassinado. Caiu no seu posto de combate. Juntos combatemos e combatendo nos separamos. Mas aquilo que nos dividia nada importa neste momento. Importa sim, aquilo que nos unia; a denúncia do fascismo, o combate contra o fascismo. Foi o fascismo que assassinou o General Humberto Delgado. E' o fascismo que denunciámos e continuaremos a combater até a vitória final.

A JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA não se preocupa com a refutação de calúnias que pelos seus próprios termos se definem, mas, como é natural, reserva-se o direito de comunicar à imprensa a síntese de averiguações em curso, ou já realizadas, que permitam desmascarar perigosos agentes do fascismo que, no estrangeiro e na emigração portuguesa, se apresentam como exilados políticos.

EM PARIS

Em Paris, o Comité de Defesa das Liberdades em Portugal distribuiu aos jornais o seguinte comunicado, reproduzido em grande parte na imprensa francesa: "Perante o assassinio do general Humberto Delgado, antigo candidato de todas as forças da oposição portuguesa às eleições presidenciais em 1958, o C.D.L.P., constituído por personalidades anti-fascistas portuguesas, sente-se no dever de comunicar que o governo de Salazar é responsável por mais este crime abominável, que não é aliás a sua primeira tentativa; a lista dos seus crimes seria longa, mas basta recordar, entre as suas vítimas, os nomes do General Godinho, do ex-cultor Dias Coelho, do operário metalúrgico Alfredo Dinis e do médico dr. Ferreira Soares, todos assassinados em condições semelhantes."

O C.D.L.P. chama também a atenção da opinião internacional para a atitude dúbia do governo e da polícia política da Espanha nestes dois crimes. Com efeito, a cumplicidade entre Lisboa e Madrid data do levante de Franco, no qual Salazar entregou milhares de refugiados republicanos espanhóis aos pelotões de execução franquistas, e foi consagrado pelo Pacto Ibérico, cujo objetivo é a ajuda mútua contra os povos português e espanhol em luta pela conquista da liberdade. O C.D.L.P. denuncia finalmente a campanha caluniosa levada a efeito pelo governo de Lisboa, graças aos seus agentes no estrangeiro e à colaboração de certos círculos internacionais, a fim de lançar o descrédito sobre a oposição portuguesa, nomeadamente sobre a Frente Patriótica de Libertação Nacional e o PCP, fuggindo assim ao castigo dos crimes de que é o único responsável. A honra e a dignidade do povo português exigem a demissão imediata do governo fascista de Lisboa. O C.D.L.P. espera que todos os governos signatários da ONU saibam agir, em consequência, em relação ao assassinio do general Delgado. Por outro lado, o jornal L'NOUVEL OBSERVATEUR no seu número de 8 de maio, publicou um artigo, em que se prova conclusivamente a cumplicidade das autoridades espanholas. Transcrevemos a seguir a principal passagem desse artigo intitulado HISTÓRIA DE UM CRIME.

(...) "No dia seguinte, o director do Hotel Simancas, surpreendido por não ver reaparecer os seus clientes, entrega a mala deles à polícia. Decorrido um mês e meio, quando o advogado inglês Ian Macdonald, alertado pelo prof. Guerreiro realiza uma investigação em Badajoz, a polícia declara não ter conhecimento da passagem de Delgado pela cidade. No dia 25 de

abril, quando os corpos meio decompósitos de Delgado e da sua secretária, sra. Campos, são encontrados por uma criança, a algumas centenas de metros da fronteira portuguesa, os policiais mostram-se espantados.

Somos levados a concluir que se os senhores policiais não são mentirosos estão pelo menos pior informados do que o hebdomadário "El Español", folha subvencionada pelo Ministério da Informação, que publicou a 10 de Abril, duas semanas antes da descoberta dos cadáveres, o numero do falso passaporte do general: "Delgado — escreveu o jornal franquista — intensificou apreciavelmente as suas viagens utilizando um passaporte diplomático argelino N.º 1415 emitido a 28 de Julho de 1964 em nome de Lorenzo Ibañez". "El Español" é um jornal que utiliza muitas vezes "relatórios de informadores. Efectivamente o artigo (que atribui ao general Delgado a intenção de organizar um putsch em maio, na véspera das eleições presidenciais portuguesas) segue mensalmente as deslocações do general. Viagens a Roma a Paris, a Argel, nomes e endereços datas e horas das entrevistas secretas: nada é omitido. Delgado tinha anjos da guarda fiéis.

Anjos da guarda que, também eles, parece terem perdido a sua pista no dia 14 de fevereiro em Badajoz. A polícia franquista não esperava que o corpo do líder democrático, provavelmente morto durante a tortura numa prisão portuguesa, voltasse a terra espanhola para poder permitir a utilização da versão de um "ajuste de contas" entre militantes clandestinos". Agora é forçada a tornar sua a versão portuguesa. Mas o zelo intermpestivo dos plumíferos de "El Español" encarregou-se de desmentir com antecipação essa tentativa de justificação".

EM ITALIA

Em Itália um grupo de senadores do Partido Socialista Italiano enviou uma carta ao Presidente do Conselho, Aldo Moro, e ao Ministro do Exterior, Amintore Fanfani, solicitando uma tomada de posição com respeito ao assassinio de Delgado. Os senadores, "com o objetivo de informar a opinião pública", pedem ao governo que "esclareça as circunstâncias que cercaram o assassinio do General que — recordam — foi candidato da oposição anti-fascista portuguesa". A carta acrescenta que "ante este homicídio político o governo deve manifestar a indignação da nação italiana".

NO BRASIL

No Brasil, a Imprensa, que dedicou ao caso manchetes em dias sucessivos, continua insistindo na necessidade inadiável de investigações. O jornal moderado "Folha de São Paulo" por exemplo, publicou um editorial, de que destacamos os seguintes períodos, que julgamos corresponderem à opinião brasileira: "... aos olhos de grande parte da opinião pública mundial, os fatos ocorridos em Badajoz não podem desvincular-se da luta que o general Delgado movia contra o governo da sua terra. Ninguém mais do que este deve ter interesse em demonstrar que as divergências políticas em Portugal não passaram para o terreno do banditismo puro e simples. Para isso impõe-se que, ao invés de dificultar, as autoridades portuguesas facilitem as investigações, diligenciem de sua parte para a elucidação do caso e, eventualmente identificados os responsáveis, tudo façam para que recebam a punição merecida. Pode ser que, para uso interno, surta efeito a cortina de silêncio estabe-

(Continua na pag. 7)

Novas e comentários

O réu é o fascismo

"Tudo o que aqui se ouviu e viu evidenciado representa a radical condenação do regime salazarista" — assim se pronunciou o Capitão Varela Gomes perante o Tribunal fascista que o condenou a seis anos de prisão.

Com efeito, para o povo português, para a opinião pública internacional, os julgamentos dos patriotas que lutam pela derrubada do fascismo em Portugal são uma farsa onde ficam desmascarados os crimes da PIDE, a miséria, a exploração e o obscurantismo a que o governo de Salazar condenou o país há 40 anos.

Nem os espancamentos, a "estáfua", as incomunicabilidades durante meses conseguem destruir a personalidade dos acusados e impedir que denunciem perante os Tribunais Plenários as arbitrariedades e os crimes do regime e levantem as suas vozes em defesa dos interesses do povo português. Valorosos combatentes de vanguarda como Pires Jorge, Octávio Pato, Julio Martins, João Honrado, Albina Fernandes, Natália David, Dias Lourenço, Antonio Graça e muitos outros levantaram as suas vozes, não para se defenderem individualmente das acusações, mas para contestarem a legalidade da justiça fascista, para defenderem os direitos dos explorados e oprimidos. Apesar de rodeados pela PIDE e muitas vezes espancados em pleno Tribunal, as suas vozes foram ouvidas e terão ressonância cada vez maior, na medida em que o povo português ganhe maior consciência da sua luta, na medida em que seja obrigado a enfrentar o aparelho de repressão fascista pela conquista das reivindicações mais simples. A coragem, dignidade e decisão que os democratas demonstram perante os Tribunais estimulam a luta anti-fascista e contribuem poderosamente para a conquista da democracia em Portugal.

A justiça de Salazar transformou assim o banco dos réus acusados de crimes políticos em tribuna, donde os patriotas se dirigem ao povo denunciando o fascismo. Como declarou ainda o Capitão Varela Gomes, esse lugar é "por excelência o refugio da honra em Portugal".

B.F.

Atitude Lamentável

O Boletim Angola Informations editado em Argel pela Delegação do Governo Revolucionário de Angola no Exílio, ocupa-se no editorial do seu número de 24 de Abril p.p. de alguns problemas internos da luta dos democratas portugueses contra o fascismo.

O simples facto de uma publicação cujo objectivo consiste na divulgação do combate pela independência do povo angolano consagrar um interesse tão absorvente a assuntos que dizem apenas respeito aos anti-fascistas portugueses é já de si estranhável. Mas, bem, mais estranhável é, entretanto, a maneira como a questão é tratada. Em atitude infelicíssima, o editorialista toma ostensivamente partido — inclusive nas próprias palavras — tanto no que se refere à estratégia a adoptar para o derrubamento do fascismo salazarista

como no tocante à organização e à tática das lutas estudantis. Vai mesmo mais longe: afirma que a criação recente de um movimento sindical estudantil, disposto a recorrer à "violência revolucionária", "sensibilizou e despertou as populações portuguesas e os dirigentes da oposição pela sua coragem e dinamismo".

Lamentável mas verdadeiro. Os responsáveis pela imprensa do GRAE deveriam, em primeiro lugar, abster-se de intervir em tais assuntos, seguindo o exemplo dos democratas portugueses que jamais se ocupam dos diferendos que separam o Governo do sr. Holden Roberto do Movimento Popular de Libertação de Angola. Desconhecemos as fontes onde o redactor foi beber elementos tão fantasiosos. Mas sabemos que a coragem e o dinamismo dos estudantes portugueses se afirmaram há muito ao longo de lutas heróicas, comovendo não só o povo português como a opinião mundial. Quanto aos dirigentes da oposição, também não necessitam de ser despertados.

Ignoramos a própria existência desse pseudo-movimento sindical estudantil. De qualquer modo, a maneira como o editorialista se lhe refere leva-nos a crer que se tratará quando muito de um dos grupelhos divisionistas cuja conduta irresponsável representa uma ameaça à unidade e ao consequente fortalecimento do movimento estudantil.

Os democratas portugueses vêm respeitando escrupulosamente a determinação da FPLN de "rigorosa não ingerência nos assuntos internos do Movimento Nacional Libertador dos povos das colónias portuguesas". Outrotanto deveria fazer o GRAE. Não é emprestando os seus aplausos a elementos que se esforçam por enfraquecer a unidade das forças que se batem contra o fascismo sob a égide da FPLN que o boletim do sr. Holden Roberto contribui para tornar uma realidade a cooperação e ajuda mútua entre portugueses e angolanos. Não é a primeira vez que o GRAE se imiscui em assuntos internos da oposição portuguesa, deturpando os factos. Fazemos votos para que seja a última.

M.U.R.

O CASO DE H. GRADIM

A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela enviou recentemente um Memorial às Nações Unidas sobre o caso do democrata português Horacio Gradim asilado há cinco anos na Embaixada da Venezuela em Lisboa. Depois de salientarmos que os motivos que levaram aquele cidadão a procurar proteção na sede da representação diplomática de um país amigo resultam da política repressiva e antidemocrática de Salazar, os signatários do documento rebatem com exemplos históricos a propalada tese de que Portugal não reconhece o direito de asilo e solicitam a intervenção da ONU no sentido de levar o Governo de Lisboa a ceder a Horacio Gradim o salvo conduto que lhe permita deixar o País. O memorial, que alude ao delicado estado de saúde de Gradim, após uma greve da fome de 18 dias, é assinado, em nome da Junta, pelos nossos companheiros Antonio Gomes da Silva, José da Costa Lopes, Francisco Manarte, Joaquim Lisboa, Augusto Bernardo, Rubem de Souza, Ricardo Lisboa e João Lopes.

Auxílio a «Portugal Democrático»

ASSINATURA ESPECIAL:		
José Cadete — Canadá (2 anos)	DC\$25,00
José Mateus — Canadá	DC\$15,00
António José Brito — Canadá	DC\$10,00
António Joaquim Gonçalves — Canadá	DC\$15,00
Armando Glória — Canadá	DC\$10,00
F.A. Valente — Congo	US\$10,00
Zeferino A. Dias — E.U.A.	US\$10,00
António M. Dias — E.U.A.	US\$10,00
Angelo de Carvalho — E.U.A.	US\$10,00
CONTRIBUIÇÕES EXTRA:		
Neves Rodrigues — Canadá	DC\$ 1,00
Anónimo — Brasil	Cr\$100
Mayato — Canadá	DC\$ 1,25
Júlio — Canadá	DC\$ 1,00
Gírio — Canadá	DC\$ 2,00

Rumo à Vitória

Pela Reforma Agrária - I

Prosseguindo na divulgação do importante documento "Rumo à Vitória", iniciamos hoje a publicação do capítulo consagrado à Reforma Agrária. Em nosso numero de Janeiro, para darmos aos nossos leitores uma ideia geral do notável trabalho, já havíamos apresentado algumas passagens desse capítulo. Para melhor compreensão do texto, no seu conjunto, decidimos, entretanto, publicar o capítulo completo, repetindo os trechos já trazidos a lume.

Portugal encontra-se dividido, quanto ao regime de propriedade, em duas zonas bem diferenciadas, separadas pelo Tejo; ao Norte predomina a pequena propriedade ao Sul predomina a grande propriedade. Neste panorama geral, aparecem algumas importantes manchas discordantes: por um lado, a pequena propriedade no litoral algarvio, por outro lado, as de grande propriedade no Alto Douro na região fronteira do nordeste e, como que num prolongamento do Alentejo para o norte do rio, no distrito de Castelo Branco até às serras da Gardunha e da Estrela e em concelhos ribeirinhos dos distritos de Lisboa e Santarém.

Na zona da grande propriedade a terra está praticamente nas mãos dos grandes e muito grandes proprietários. Nos distritos de Portalegre, Évora, Beja e Setúbal 50.644 explorações de menos de 50 hectares, ou seja, mais de 90% do total de 55.850 explorações têm apenas 18% da terra de cultura arvensa (cereais e leguminosas em cultura extensiva). Quanto às grandes explorações, 3.019 de mais de 100 hectares, ou seja 5,4% do número, ocupam mais de 1 milhão e meio de hectares de cultura arvensa, ou seja três quartas partes do total. As 777 maiores explorações (de mais de 500 hectares), que representam apenas 1,4% do número cabe metade da terra de cultura arvensa.

Ao sul do Tejo, há centenas de explorações agrícolas com mais de 100 hectares, muitas dezenas com mais de 2.500 hectares e são mais numerosas do que em geral se cuida as explorações com 5.000 10.000 hectares e mais. O contraste entre estas grandes domínios territoriais e a escassez da terra dos mais pequenos agricultores é de tal forma chocante que algumas simples comparações não podem deixar de provocar indignação e revolta. As herdades da Palma e do Rio Frio, por exemplo, tem cada qual cerca de 16.000 hectares. Só qualquer dessas duas herdades ocupa mais terra que numerosas concelhos, onde, entretanto, existem 50.000, 70.000 e 90.000 e mais prédios rústicos.

Apesar da nítida diferenciação regional das zonas de grande e de pequena propriedade, seria errado supor que, nestas últimas, os pequenos proprietários dominam de facto as atividades agrícolas. É um erro deduzir das pequenas áreas dos prédios rústicos nas regiões de pequena propriedade que aí impera de facto a pequena propriedade, que "a terra está bem dividida", que "cada qual tem seu bocado" (...)

A concentração da terra

Nas regiões de grande propriedade, as áreas médias dos prédios ou das explorações escondem a enorme extensão dos grandes prédios e explorações. Nas regiões de pequena propriedade escondem tanto a escassez de terra ao dispor dos pequenos agricultores, como a existência de grandes proprietários. A verdade é que, mesmo nas regiões de pequena propriedade, a pequena produção está longe de ter a posição predominante que lhe é atribuída. Quando verificamos que as áreas médias dos prédios rústicos oscilam nos distritos dessas regiões entre 0,3 e 0,6 hectares, as áreas médias das explorações agrícolas entre 4 e 17 hectares e as áreas médias por proprietário entre 3 e 9 hectares, isto é um sintoma de que há grandes explorações e há grandes proprietários, com dezenas de pequenos prédios.

Além disso, em algumas regiões de pequena propriedade, um número muito elevado de pequenas explorações não são por conta própria, mas de rendeiros e parceiros (40% no distrito do Porto, 32% no de Braga). São os camponeses pobres que trabalham em pequenos casais ou quintais, mas são os ricos proprietários que guardam o fruto desse trabalho nas numerosas parcelas que arrendam. Nesses casos, vemos predominar a um tempo os grandes proprietários e os pequenos agricultores. Nas regiões de grande propriedade, a quase totalidade da

terra pertence a explorações com centenas e milhares de hectares, as pequenas explorações quase desapareceram, predomina em absoluto o proletariado rural. Nas regiões de pequena propriedade fortalece-se o poder de grandes proprietários de pequenas propriedades, e uma classe ainda numerosa de pequenos agricultores em vias de ruína e proletarização é confinada numa superfície agrícola cada vez mais reduzida.

Podemos dizer-se em relação ao conjunto continental, que em Portugal predominam as grandes explorações agrícolas. Um inquérito feito em 1952 revelava que, num total de... 801.162 explorações agrícolas existentes no Continente, 400.469 tinham menos de um hectare e 3.546 mais de 100 hectares. A estas 3.546 maiores explorações, que representavam apenas 0,4% do número total das explorações, cabiam cerca de 45% do total da terra, dez vezes mais terra que aquela, que cabia às 400.000 mais pequenas explorações!

A concentração da terra nas mãos dum pequeno número de famílias, fica ainda mais evidenciada, ao considerarmos que menos de 10.000 proprietários possuem mais de metade da terra de Portugal continental; que a 848 explorações com mais de 500 hectares cabe mais de um quarto do total da terra; que os 500 maiores proprietários têm mais terra do que os 500.000 mais pequenos!

Duas Reformas e não uma ...

Que indica uma tal situação? Indica a necessidade urgente dum reforma agrária que entregue a terra hoje em poder de um pequeno número de latifundiários, aos assalariados rurais e aos camponeses pobres. Uma tal reforma atingirá um número muito pequeno de famílias parasitárias e beneficiará muitas centenas de milhares de famílias camponesas. A questão, na prática, é sem dúvida complexa. Não se pode levar a terra do Sul para o Norte, nem é fácil a deslocação para o Sul de milhares de pequenos proprietários nortenhos. Dada a grande diferenciação regional quanto à divisão da propriedade, pode quase dizer-se que em Portugal se impõe a realização não de uma reforma agrária, mas de duas reformas agrárias uma nas zonas de grande propriedade, outra nas zonas de pequena propriedade, reformas que tenham em conta as características especiais de cada região, o peso relativo do proletariado rural e do campesinato e dentro deste dos seus vários estratos. Mas a divisão da propriedade mostra claramente que um primeiro e decisivo passo pode ser alcançado em benefício da quase totalidade da população activa nos campos atingindo apenas uma mão cheia de parasitas.

Repare-se: se a terra que cabe às 3.500 maiores explorações agrícolas fosse distribuída pelas 400.000 mais pequenas, cada uma destas ficaria com cerca de 10 vezes mais terra do que tem na actualidade. Se se expropriasse apenas os 500 maiores proprietários e as terras fossem distribuídas pelo meio milhão de pequenos agricultores, estes veriam duplicadas as suas terras!

É evidente que, dadas as grandes diferenças regionais (de fertilidade dos terrenos de cultura, de rega, etc.) não pode haver uma dimensão única à escala de todo o País, para as grandes e para as pequenas explorações agrícolas, para as grandes e para as pequenas propriedades. Dez hectares de regadio, por exemplo, podem constituir de facto uma exploração agrícola de "maior dimensão" do que 100 hectares de sequeiro.

Tendo em conta essas diferenças regionais impõe-se como primeiro passo da Reforma Agrária no que respeita à propriedade e posse da terra, a expropriação e a entrega aos assalariados rurais e aos camponeses pobres das grandes propriedades. Tal medida atingirá um numero reduzido de grandes proprietários e beneficiará centenas de milhares de trabalhadores da terra.

Contradições

Tempos atrás, na discussão deste problema houve quem lembrasse as reclamações da lavoura, incluindo grandes proprietários, contra a política agrária do governo fascista. Não irá a reclamação da Reforma Agrária modificar essa sua posição? Não são os grandes proprietários rurais possíveis aliados contra a ditadura fascista?

Sem dúvida que existem contradições sérias entre os monopólios industriais e bancários e os interesses dos grandes proprietários rurais são contraditórios. Os industriais (ao contrário dos lavradores) estão interessados no baixo preço das matérias primas agrícolas e dos produtos alimentares, que lhes permitem pagar mais baixos salários. Os lavradores (ao contrário dos industriais) estão interessados no baixo preço dos produtos industriais, designadamente os de aplicação na agricultura. Os industriais opõem-se à subida dos preços dos produtos agrícolas e os lavradores protestam contra os altos preços dos adubos, das máquinas, dos tecidos. Os industriais pretendem roubar ao domínio da agricultura as industrias consideradas subsidiárias desta (moagem, descasque, laticínios, conservas de fruta, legumes e carnes, etc.); os grandes lavradores pretendem alargar a sua actividade a tais ramos industriais.

Se os grandes moageiros conseguem impedir a instalação de fábricas de descasque de arroz pelos grandes proprietários, estes protestam. E se estes conseguem instalá-las, os moageiros fazem barulho. Se os grandes lavradores conseguem estabelecer uma instalação industrial "piloto" para a pentação de lã, é a vez de protestarem os industriais. E como os lavradores que pentaem pretendem fiar e os industriais que fiar pretendem pentaer, as escaramuças sucedem-se na zona fronteira dos seus interesses. O mesmo sucede com os transportes. Se a CP alcança o exclusivo do transporte de adubos e não assegura a sua entrega a tempo e horas, reclamam os lavradores; e se os lavradores, pressionados pela necessidade, fazem transportar por sua conta os adubos, reclama a CP o pagamento do transporte.

O mesmo sucede com o crédito. Se os bancos põem restrições ao crédito e exigem maiores amortizações aos proprietários devedores, estes impacientam-se, protestam, exaltam-se, perdem as estribelas e chegam a reivindicar a reforma bancária ou a sua nacionalização. No órgão da União Nacional o pudemos ler (Diário da Manhã, 9-7-63).

O preço da Missa

De um jornal de Lamego transcrevemos a seguinte circular do bispo dessa cidade:

"Taxas das Missas de Rol. D. João da Silva Campos Neves, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Lamego a assistente ao Sólito Pontifício.

Tem subido tanto, nos últimos tempos, o custo de vida que parece indispensável actualizar a taxa das chamadas Missas de Rol. Por outro lado, foi sempre tradição portuguesa que a taxa destas Missas fosse igual, pelo menos, ao ordenado de um trabalhador de enxada que presentemente lhe é muito superior.

Per estas razões: Havemos por bem elevar para 20\$00 as taxas das referidas missas. Esta determinação entra imediatamente em vigor relativamente às missas que venham a ser encomendadas.

Lamego, 8 de Dezembro de 1964.
D. João, Bispo de Lamego.

DONATIVO

Do eng. Francisco Vidal recebemos para os Prescos Políticos Portugueses a quantia de 15.000 cruzeiros, produto de um artigo seu publicado na imprensa brasileira.

Acto Publico de Homenagem a Delgado

Por iniciativa da Unidade Democrática Portuguesa, realizou-se no dia 7 de Maio p.p. na sede do Centro Republicano Português de São Paulo, um Acto Público de homenagem à memória do general Humberto Delgado, recentemente assassinado juntamente com sua secretária, D. Arajaryr Campos, por elementos às ordens de Salazar.

Presidiu o prof. Florestan Fernandes, catedrático de Sociologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e, a seu lado, na mesa, tomaram lugar os escritores Lygia Fagundes Telles, vice-presidente da União Brasileira de Escritores; Caio Porfírio Carneiro; Antoine Medawar; Prof. Joaquim Barradas de Carvalho, pela Unidade Democrática Portuguesa; Altino Dantas, vice-presidente da União Estadual dos Estudantes; Lucila Labaque, pelo Directorio Central Estudantil; Sylvio Band, dirigente do Gremio Politecnico; Progresso Baño, pelo Centro Democrático Espanhol; e Alexandre Pereira, diretor do Centro Republicano Português.

PROFESSOR FLORESTAN FERNANDES

Ao abrir a sessão, o prof. Florestan Fernandes principiou por declarar que prestava a sua comovida homenagem a um homem que lutou contra a ditadura fascista de Salazar e teve a coragem de ir até ao fim. Não desconhecia as controvérsias que a personalidade e o temperamento impulsivo de Humberto Delgado haviam gerado, tanto durante a sua permanência no Brasil como depois de daqui partir. De qualquer modo, era digno da maior admiração o patriota que depois de ter estado ao serviço da ditadura contra ela se levantara a compreender o erro em que laborava. Era — disse — um lutador por inteiro.

Aqueles que se esforçam por ser combatentes da liberdade apenas por metades não podem entender esse tipo de lutadores. E o pior de tudo — salientou — é que há ainda no Brasil quem veja em Salazar um benemérito, o fabricante de um país organizado e respeitado. Ora, na realidade, ele fez apenas de Portugal um país tífere. Pior, uma colónia real num estado de independência fictícia.

Prosseguindo, depois de desfazer alguns dos mitos da propaganda fascista portuguesa, lembrou que os democratas portugueses lutam hoje com heroísmo por um novo Portugal. Humberto Delgado foi dos que levou essa luta até à morte.

Lembrou, mais adiante, que tivera a felicidade de contactar com o general Delgado no exílio quando após o pleito em que o esbulharam da presidência da Republica, a sua figura encarnava o espirito da resistência portuguesa ao fascismo — e espirito da liberdade em luta contra a ditadura fascista.

"A morte de um homem — acrescentou — não é o fim de uma jornada. Agora está ainda mais elara a razão da luta. Com o general ficará para sempre a glória de um patriota que muito amava o seu país e por ele soube morrer. O seu nome viverá na memória dos portugueses até que lhe possam ser prestadas as justas homenagens a que tem direito quando em Lisboa houver finalmente um governo que seja o governo de um Portugal livre".

Sob proposta do prof. Florestan Fernandes, a assistência, de pé, observou a seguir um minuto de silencio em homenagem à memória do general Humberto Delgado.

ANTOINE MEDAWAR

Falou, a seguir, o escritor Antoine Medawar. Depois de afirmar que uma militancia politica só pode ser total e que apenas são apolíticos os homens alienados da realidade, fez várias considerações em torno da posição do escritor em face dos problemas do seu tempo, citando a proposito a opinião de Jean Paul Sartre de que a sua celebre novela "La Nausée" vale menos do que a possibilidade de matar a fome a uma criança. Autor ele

SYLVIO BAND

Falando em nome dos estudantes universitários brasileiros, Sylvio Band fez um pormenorizado historico da luta que o povo português trava pela sua libertação, demonstrando-se, depois, na análise da desconcertante personalidade do general Humberto Delgado. Prosseguindo, disse:

"Quis a ironia do destino que passe nestes dias mais um aniversario de Humberto Delgado. O general está sem duvida inscrito no rol dos heróis do povo português caídos na luta contra o fascismo salazarista, como Catarina Eufemia, o general Marques Godinho, o escultor José Dias Coelho e outros. Recordou ainda as circunstancias em que o general, patrioticamente, se decidiu a romper com Salazar, abandonando uma brilhante carreira, para se transformar no principal adversário da ditadura com a sua candidatura à Presidencia da Republica em 1958. Aludiu depois à farsa eleitoral e ao esbulho de que Delgado foi vítima e fatos verificados durante o longo exílio do general, para repelir com veemencia a campanha de calumnias com que as autoridades fascistas, responsáveis pelo covarde assassinio, procuram agora atingir a opposição democratica portuguesa. E concluiu com a seguinte declaração: "Nós, jovens brasileiros, queremos nesta solenidade fazer uma conchamação, mais do que isso marcar um encontro numa praça de Lisboa para continuarmos esta homenagem, descerrar uma bandeira e inaugurar a estátua do General Humberto Delgado".

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram. Mas há também casos em que a morte não é apenas um fecho, mas a própria explicação de uma vida que só através dela se nos revela subitamente em toda a sua complexidade. O homem cujo fim trágico hoje aqui nos reúne pertencia a essa categoria de seres em cujas existencias a morte deixa de ser o último acidente para ganhar as dimensões de um ato de revelação sobre aquilo que foram e tentaram fazer. Quase todos os que se encontram nesta sala o conheceram. Mas em vida, poucos o compreenderam. Do seu caracter retiveram principalmente os aspectos superficiais e por por que não dizê-lo, negativos. A imagem que dele conservavam era a do militar autoritário, a do politico inábil, a do her temperamental e ideologicamente inconsistente, a do exilado propenso a atitudes sensacionistas. Quase todos procuravam ver nele o politico e como politico o condenavam. Daí o grande equívoco. Humberto Delgado não era e nem podia ser um politico. Batavam-lhe as qualidades e os defeitos para se realizar como tal. Se quisesse reuni-lo numa única frase, eu diria que foi um homem fora do seu tempo. As suas contradições, aparentemente inexplicáveis deixam de nos chocar se atendermos a esse desajustamento, à sua inadaptação ao temporal.

Não havia nele nem uma ponta desse senso de medida, dessa noção do ridículo e dessa doce humildade que muitos apresentam como inerentes ao caráter português. Mas havia, em contrapartida, uma suficiencia, quase insolente, uma altivez e uma teimosa confiança no seu destino que, embora menos comuns, são igualmente bem portuguesas e surgem como indissociáveis das marcas indeléveis que o homem português soube imprimir na Historia da humanidade. O general era um patriota. Foi o patriota quem nele falou na hora inesquecível em que, candidato à Presidencia da Republica, em 58, conquistou o coração do povo de Portugal.

"O que fará ao Presidente Salazar, se for eleito?" — perguntou-lhe um jornalista, com um sorriso ironico ao vê-lo no seu uniforme de general da aeronautica. Humberto Delgado não se perturbou: DEMITO-O. E' OBEVIU: So quem conhece o Portugal de hoje pode avaliar devidamente o que significou para o meu País essa frase. Homem de combate, cavaleiro da aventura desafiado num mundo que não estava preparado para entender, a campanha eleitoral fê-lo experimentar durante breves semanas o tipo de emoções que o levavam a agigantar-se, dando a plena medida das suas reais qualidades. Em contacto com a massa, nos grandes comícios populares, entre os operários, com os camponeses, com os estudantes, com os intelectuais progressistas, as deficiencias de formação e os defeitos de temperamento esbatiam-se. NO CALOR DA LUTA, o que ficava na memória de todos era a coragem do líder que desmascarava o fascismo nas praças públicas, investindo contra Salazar e pulverizando os seus mitos, sob os aplausos de multidões incontáveis e frenéticas de entusiasmo. Era uma linguagem nova a de Delgado, num país submetido há 30 anos a uma ditadura abjecta, UM PAIS onde a exploração do homem se tornara uma norma e a miséria era exaltada como virtude, UM PAIS onde o partido unico se chamava União Nacional, os sindicatos fascistas, Sindicatos Nacionais, as milicias fascistas da Juventude-Mocidade Portuguesa, UM PAIS onde a própria quartelada que instalara o fascismo era apelidada de Revolução Nacional.

TELEGRAMAS DE ALVARO LINS, RUY GOMES E OLIVEIRA PIO

O secretário da mesa, Alexandre Pereira, procedeu a seguir, à leitura do expediente, no qual figuravam telegramas do Embaixador Alvaro Lins, dos profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado e do comandante Oliveira Pio, amigo e companheiro do general Humberto Delgado.

E' do seguinte teor o telegrama de Alvaro Lins: "Impossibilitado motivo saúde sair do Rio neste momento, envio minha solidariedade e presença moral ao publico homenagem figura que tanto estimei admirei general Humberto Delgado. Tive honra conceder asilo General Delgado em Lisboa durante 98 dias e curvo-me agora respectivamente ante sua memoria e seu nome já pertencentes mais altas nobres páginas historia portuguesa".

Damos, abaixo, o texto da mensagem recebida do Recife dos profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado: "Prestamos comovida homenagem memória General Humberto Delgado, notável exemplo coragem dedicação luta povo português contra fascismo. Apelamos unidade democratas libertação nossa patria".

Do comandante Oliveira Pio, representante do general Humberto Delgado no Rio de Janeiro, foi recebido o seguinte telegrama: "Rogo transmita agradecimentos telegrama enviado em nome da Unidade Democratica Portuguesa especialmente primeiro signatário illustre professor Ruy Luis Gomes assim como convite assistir homenagem memória general Delgado com a qual me solidarizo inteiramente. Lamento impossibilidade assistir motivo saúde".

MIGUEL U. RODRIGUES

* Em nome dos democratas portugueses falou, por ultimo, o nosso companheiro de redação Miguel Urbano Rodrigues. Publicamos, a seguir, as palavras que proferiu:

"Habitualmente é mais fácil falar sobre os mortos, do que sobre os vivos. Quando as existencias individuais se cumprem a morte, ao sobrevir como fenómeno inelutável, não altera de modo sensível a perspectiva que se abre sobre o passado. Encerrando o breve ciclo de cada um ela permite mesmo uma descida mais profunda às raizes da personalidade

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram.

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram.

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram.

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram.

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram.

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram.

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram.

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram.

de e uma análise mais ampla e serena da trajetória e do comportamento dos que desapareceram.

proteção da bandeira do Brasil, ao tempo representado em Lisboa por um embaixador para o qual a liberdade e a dignidade do homem constituem algo de infinitamente mais importante do que a defesa de uma bela carreira. Permito-me abrir um parêntese para prestar, em nome dos democratas portugueses, uma comovida homenagem ao amigo fraternal, ao intelectual lúcido, ao herói carilliano que é Alvaro Lins — um homem e um patriota que honra o País onde nasceu.

Para Humberto Delgado chegou depois a hora do exílio. Individualista, quis, apesar da distancia, manter-se na solidão terrível do comando, o mais desolado e perigoso de todos os picos a que o homem pode ascender. Não era isso que interessava ao povo português e ele, infelizmente não soube compreendê-lo. Sem o escudo e a espada, o guerreiro desejoso de derrubar as muralhas do Templo ao som de trombetas ficou sem tarefa à sua medida. A sua vocação era a do heroísmo e a hora exigia o estadista que não era.

O FASCISMO, que já o despojara do uniforme e das estrelas de general, continuou a perseguir-lo com sanha feroz. EXPULSARAM-NO das fileiras, tiraram-lhe o soldo, julgaram-no, condenaram-no à revelia em anos e anos de cadeia. Só uma coisa não lhe roubaram porque não podiam: o amor da Pátria!

Nos anos que permaneceu em São Paulo e no Rio de Janeiro um único pensamento o dominava: VOLTAR, fosse como fosse, custasse o que custasse! Esse propósito romântico e profundamente idealista não facilitou as suas relações com as forças politicas do Interior e do Exterior, empenhadas na derrubada do regime fascista de Salazar.

Mas foi também aqui que Humberto Delgado acabou por assumir em relação ao problema português posições que vieram confirmar a sua autenticidade como homem e como anti-fascista.

Quando Salazar iniciou em Angola uma monstruosa operação de genocidio, inaugurando um ciclo de guerras coloniais que envolve presentemente o destino de 12 milhões de africanos e de 9 milhões de portugueses, A SUA VOZ foi das primeiras a elevar-se contra o colonialismo fascista denunciando-o como contrário aos interesses do povo português, como ameaça à Paz Mundial e como crime contra a Humanidade. Mais importante do que a opção em si foi a forma corajosa e tenaz como a sustentou, resistindo a todas as pressões que sobre ele exerceram elementos oportunistas. As suas ideias nesse terreno tornaram-se mesmo cada vez mais radicais: de um anticolonialismo de principios, o general evoluiu para uma posição de combate, defendendo intransigentemente o direito dos povos das colonias à autodeterminação e à independência.

Paralelamente, num momento decisivo de rearticulação das forças democraticas portuguesas demonstrou compreender que a UNIDADE DE TODAS elas surgia como condição indispensavel para o derrubamento da ditadura. HUMBERTO DELGADO foi um dos fundadores da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Se posteriormente se afastou dessa organização unitária foi por motivos que nada têm a ver com discriminações que não encontravam acolhida no seu espirito de patriota. O que o traiu uma vez mais foi o seu individualismo feroz.

Doente e presentindo que não viveria talvez muito tempo, logo que chegou a Argel para assumir a presidência da Junta Revolucionária Portuguesa, deixou transparecer que não se adaptaria à ideia de uma luta demorada e difícil de acordo com uma estratégia insurreccional que previa a queda de Salazar na sequência de um processo de duração imprevisível, dependente do ascenso da luta de massas. O trabalho de reforço da organização e da unidade aparecia-lhe como secundário; e passou a ter por primordial todo o esforço tendente à arregimentação de elementos dispostos a actos de violencia susceptíveis de lhe darem o controle de uma ou mais unidades das Forças Armadas portuguesas. Com tais ideias e semelhantes processos de trabalho, o rompimento era inevitável.

O malogro do assalto ao quartel de Beja não o desiludira dos métodos da "acção directa". Contava sobretudo com o Exército para derrubar Salazar. (Conclui na 5.ª pag.)



Um aspecto da assistência ao Acto Público do dia 7 de Maio



A escritora Lygia Fegundes Teles discursando na homenagem à memória do gen. Humberto Delgado.

(Concl. da pag 4)

lar o fascismo. Transformava as-
sim uma estratégia de insurreição
em estratégia de golpe militar.

Acreditava ingenuamente que a
sua simples presença em Portugal
funcionaria como o estopim suscep-
tível de inflamar o paiol dos ódios
recalcados. As dificuldades da em-
presa não o assustavam. Não en-
trara já ele em Portugal, não se
burlara da Polícia Espanhola e da
PIDE, fazendo-se fotografar in-
clusive em plena Gran Via, em
Madrid, à porta de um cinema?

Muitos brasileiros — recordo-me
bem — encararam pelo lado humo-
rístico essa aventureira tentativa
quando ela veio descrita em inúmer-
as pormenores numa revista do Rio
de Janeiro. O próprio general exhibia
documentos falsificados, os bigo-
des postiços, um sapato deformado.
Amava a publicidade, cortejou-a até
ao fim.

Tudo isso contribuiu para que o
episódio não fosse levado muito a
sério. E contudo... Humberto Del-
gado desafiara corajosa, embora gra-
tuitamente, a morte. O burlesco e o
trágico confundiam-se na sua per-
sonalidade complexa. Tinha a volú-
pia do risco. E a ironia e a des-
confiança que pressentia no julga-
mento dos próprios companheiros
mais o impeliam a procurar na
ação e no contacto do perigo uma
justificação existencial.

Num mundo em que não havia
mais fortalezas a escalar, ele não de-
sistia, apesar de tudo, de procurar
uma aventura à medida da sua ima-
ginação e da sua coragem desma-
mada. D. Quixote redivivo possuía
uma convicção inabalável de que a
história se modelava a golpes de
heroísmo. Prometera voar. Em-
penhara a sua honra. E voltou.
ELAS MESMAS ESTRADAS poen-
tadas e desoladas da Extremadura
espanhola, com um inconcebível pas-
aporte argelino e a cabeça povoa-
da de sonhos, com a sua secretária
e os seus disfarces infantis, com as
suas asas de aviador e o seu mo-
nograma no anel.

Foi ao encontro da morte. Esbir-
ros a serviço de Salazar abateram-
no algures, pelas costas, para de-
pois lhe despedaçarem o corpo com
requintes de crueldade. A seu lado,
lutando pela liberdade de Portugal,
caiu uma mulher brasileira. Curve-
mo-nos também ante a sua memó-
ria.

Que podiam a audácia e o herois-
mo de Humberto Delgado contra
uma ditadura prestes a completar
quatro décadas de experiência do
crime?

EU SEI, todos aqui sabemos que
o fascismo salazarista coloca neste
momento todo o peso do seu poder-
oso aparelho de propaganda na ta-
refa de confundir e mistificar os
setores da opinião pública mundial.
Mas fá-lo em pura perda. Contra
fatos não há argumentos. OS DE-
MOCRATAS de dezenas de países,
de uma ponta a outra da Terra,
responsabilizam Salazar e a sua po-
lítica política pelo assassinio de Hum-
berto Delgado e de sua secretária
brasileira. Quanto a nós portu-
gueses, AO REPELIRMOS com despre-
zo as mesquinhas insinuações de um
governo condenado há muito pela
consciência universal e pelos mais
altos organismos internacionais, li-
mitamo-nos a chamar a atenção pa-
ra a lista, por assim dizer intermi-
nável, de crimes políticos cometidos
pela PIDE. Humberto Delgado é
mais um nome a acrescentar à série
imensa de patriotas portugueses as-
sassinados pela Gestapo portu-
guesa. Eis alguns: Antonio Adanjo,
José Dias Coelho, Raul Alves, Agos-
tinho Fineza, Catarina Eufémia,
Alfredo Diniz, General José Marques
Godinho, Estevão Giro, Alfredo Li-
ma, Francisco Madeira, Ferreira
Marques Augusto Martins, Candido
Martins, José Moreira, Lemos de Ol-
veira, José Patuleia, Ferreira Soa-
res, Manuel da Silva Junior, Ger-
mano Vidigal. E dispensamo-nos de
citar as dezenas e dezenas que pe-

receram no Campo de concentração
do Arraial e nos presídios do go-
verno fascista de Lisboa.

Da ravina pedregosa onde foram
encontrados os corpos avista-se ter-
ra portuguesa. Não sabemos ainda
quando, onde e como o mataram.
Terá entrado em Portugal? Mas
quer o tenham assassinado de um
lado ou outro da fronteira é profun-
damente simbólico e comovedor a
tato de, ao cabo de um longo exílio,
em que viveu permanentemente ob-
cecado pela ideia do regresso, Hum-
berto Delgado terna ido entregar-
se à morte no limiar da Pátria. A
grandeza que tanto perseguiu em
vida soube encontrá-la na morte.
Como um capitão de Quinhentos,
como um herói grego. O que a
muitos parecia uma farsa — a
sua existência — era afinal uma
tragédia.

MAS ENGANA-SE Salazar se
pensa que o pano desceu. O assassi-
nio de Humberto Delgado não sal-
vará a ditadura moribunda da sorte
que a espera.

Vou terminar. E faço-o citando
um dos muitos jornais fascistas que
se publicam em Portugal: o "Agora".
Essa folha, para a qual o Papa
é um cripto — comunista e Hitler
um mártir da Humanidade, escrevia
recentemente com orgulho, ao co-
memorar um aniversário, que conti-
nuara a cumprir o seu destino, igual
a si mesma — "antimodernista, anti-
progressista, anticomunista, salaza-
rista, reacionária, intolerante!"

E' a imagem do Portugal de Sa-
lazar. Ai a tendes. E' CONTRA ela
que, também iguais a nós próprios,
nos rebelamos. E' contra ela que se
batem os operários, os estudantes, os
camponeses, os intelectuais, o povo
de Portugal.

A Humberto Delgado roubaram-
lhe a alegria de assistir ao fim dessa
luta. Mas o seu nome pertence do-
rante à História. E o seu corpo
de herói frustrado sairá um dia do
pequeno cemitério de Villanueva del
Fresno para ser sepultado com to-
das as honras em terra portuguesa.
NESSE dia, que não pode tardar, o
povo em armas terá derrubado Sa-
lazar e a sua cruel Revolução de
operta, para realizar a sua própria
Revolução, uma Revolução demo-
crática e nacional. Haverá liberda-
de em Portugal, essa liberdade pela
qual lutou e morreu Humberto Del-
gado.

O TRABALHADOR

Recebemos os numeros de Mar-
ço e Abril de "O Trabalhador", o
excelente jornal que a CGT edita em
Paris em língua portuguesa. Além
de uma actualizada informação so-
bre vários assuntos do interesse
dos operários portugueses integra-
dos na vida económica e sindical
francesa, "O Trabalhador" insere
completo noticiário sobre os últi-
mos crimes do fascismo salazarista
e insiste na necessidade de se
dar maior amplitude à campanha
pela amnistia e contra a repressão.

OUÇA A RÁDIO
PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 20 às
20,30 e das 22,15 às 22,45
(hora de Portugal) na
banda de 32 metros e das
0,30 às 0,50 nas bandas
de 36,40 e 43 metros.

UMA EMISSORA À SER-
VIÇO DO POVO
PORTUGUÊS

Três Depoimentos

Da numerosa correspondência que nos foi enviada a propósito do
assassinio político do general Humberto Delgado escolhemos para dar
à publicidade três breves depoimentos da autoria de democratas cujos
nomes são bem conhecidos da emigração política portuguesa: o jornalista
Francisco Vidal; Raul Ciriaco da Cunha, ex-combatente da Guerra de
Espanha, onde lutou pela República contra o fascismo; e o tenente Raul
Mendes Silva, desertor do exército colonialista português. Trazendo a
público as opiniões desses democratas, "Portugal Democratico" cumpre
a sua missão de órgão unitário e reflecte nas suas colunas a imensa
emoção causada entre os portugueses do Brasil pelo monstruoso crime
do fascismo.

O homem e o símbolo

FRANCISCO VIDAL

Confirmaram-se as notícias ini-
cialmente filtradas através os bem
organizados serviços da policia
portuguesa e da feroz censura a
tudo o que seja o mais pequeno res-
quício de livre informação em Por-
tugal e em Espanha: o General
Humberto Delgado foi realmente
assassinado pelos inimigos que
tanto combateu nos últimos anos
de sua vida.

Humberto Delgado representou
numa determinada época destes
conturbados quarenta anos de di-
tadura em Portugal o símbolo da
resistência democrática, converten-
do-se então na esperança — espe-
rança vã e falaz — de que se po-
deria dar uma mudança na políti-
ca portuguesa e que o ditador se-
ria apeado do poder, não pela for-
ça das armas mas pela força bem
mais poderosa que emana do povo.
Esse espoliado e sofrido povo da
nossa terra.

Pessoalmente nunca acreditamos
que fosse possível, apenas pela von-
tade embora praticamente unân-
ime de um povo, modificar o senti-
do da abjecta e anti-humana polí-
tica que se leva a efeito no nosso
país há quatro décadas; nunca
julgamos realmente possível que
apenas o entusiasmo, a fé, o ideal
conseguissem, por si só, obrigar
o ditador a retirar-se de cena, reco-
nhendo a vitória de quem se lhe
opunha em nome dos ideais de-
mocráticos, na realidade latentes
em todos os portugueses, que ape-
nas esperam uma oportunidade —
como bem demonstrado ficou du-
rante a campanha presidencial de
1958 — para optarem pela liberda-
de contra a tirania. As eleições,
como todas as realizadas em Por-
tugal nestes últimos anos, foram
uma farsa. Aqueles que acredita-
ram numa mudança e que se em-
penharam a fundo na consecução
dos ideais de liberdade do candida-
to da Democracia, foram depois
perseguidos, aprisionados, exila-
ram-se. O próprio General Hum-
berto Delgado, que também lamen-
tavelmente acreditou na possibilida-
de de uma alteração na tradicio-
nal política obscurantista dos su-
cessivos governos que têm domina-
do Portugal — e que por sua vez
são dominados pelo mais abjecto de
todos os tiranos, já que esconde o
seu desejo de domínio absoluto de
corpos e espíritos com a hipocrí-
ca capa de um paternalismo saloio —
foi obrigado a procurar no Brasil
um refúgio para a perseguição de
que vinha sendo vítima.

Aqui o tivemos; aqui com ele tra-
balhamos, aqui dele discordamos,
aqui observamos o seu espírito de
luta, que o levou ao desfecho final,
contra a opressão, a favor da liber-
dade.

Num momento acreditamos, en-
tão sim, que os grupos oposicionis-
tas espalhados pelo mundo, e que
são muitos e valiosos, pudessem
unir-se sob a égide de alguém que
era realmente um Homem como o
proveu ao enfrentar o lobo na sua
toca e que será agora um símbolo
da nossa resistência, que é também
a resistência de todo o nosso po-
bre povo.

Humberto Delgado não era um
Deus, como humano que era tín-
ha as limitações de que todos nós
nos ressentimos. Não comentare-
mos as diferentes fases de um tra-
balho comum nem comentaremos
também a impossibilidade — cedo
verificada — que houve de reunir
os que se opõem a Salazar, fazen-
do-os aceitar um único comando.
Parece que o exílio é, por sua pró-
pria definição, desagregador; ob-
serva-se este fenómeno na história
de todos os povos, em todos os
tempos. Não conseguiu Humberto
Delgado unificar a Oposição. Mas
a sua trágica morte, ao contrário
do que certamente pensam os que
o assassinaram, aqueles que execu-
taram o sentença e os que a dita-
ram no silêncio das alforjas do

Terreiro do Paço ou do Palácio de
São Bento, não será em vão. Ao
contrário! Nunca como agora a
Oposição teve mais razões para se
unir e marchar contra o inimigo
comum! Nunca como agora se vi-
sultou igual esperança num pró-
ximo final da luta, pela libertação
do nosso povo! Nunca como agora
também tão necessária se tornou
a Unidade, que tantos defendem e
alguns combatem!

Unamo-nos, pois, portugueses de
todos os matizes, que temos como
ideal comum a Democracia, mas
unamo-nos com determinação, com
energia, com calor. Os que recor-
ram ao assassinato para eliminar
um inimigo não têm perdão e não
devem ser perdoados. Humberto
Delgado está morto. Morreu o
Homem, mas não morreu o Símbolo,
aquilo que ele representa para
todos nós. Mantenhamos bem
erguido o pendão da nossa espe-
rança, a bandeira dos nossos ideais,
a lança do nosso inconformismo. O
Símbolo que nos legou Humberto
Delgado não pode morrer pois é
perene levar-nos-á fatalmente e
mais cedo do que muitos pensam
à vitória final, essa vitória final
tão almejada e que alcançaremos
com a Unidade que agora mais do
que nunca é não apenas necessá-
ria mas completamente imprescindí-
vel.

Recordando um companheiro

RAUL CIRIACO DA CUNHA

Quem conhece a camaradagem
existente no Colégio Militar com-
preenderá, talvez melhor, o senti-
do carinhoso das minhas palavras,
quando elas são dirigidas a outro
ex-aluno do Colégio, neste caso o
General Humberto Delgado.

Fiel a uma tradição académica
colegial baseada na divisa "UM
POR TODOS E TODOS POR
UM", divisa esta que através de tó-
da a vida de cada um que ali teve
a honra e até orgulho de ter sido
educado subsiste, quando o General
Humberto Delgado chegou ao Bra-
sil, sobrepondo-me a .naguas pas-
sadas, estas causadas pelo tempo
de prestação de serviços que ele
deu ao Governo de Salazar, escri-
vi-lhe uma carta recordando não
só nossos tempos de convívio no
Colégio Militar, quando ali es'ava-
mos estudando, como pondo-o de
sobrevivo do terreno político que
vinha encontrar no Brasil e inclu-
sivamente dos perigos que po-
deriam cercá-lo, porque conhecedor
por experiência das defecções dos
homens no exílio, não desejava
que perdesse a oportunidade que
o Destino lhe proporcionava de
não só, já do que havia conquista-
do no coração dos Portugueses du-
rante sua campanha de Candida-
to à Presidência da República em
1.958, como por poder vir a ser pe-
rante a Colónia Portuguesa resi-
dente no Brasil o elemento insus-
peito e esclarecedor, até pela au-
toridade que lhe davam os seus anos
de serviços relevantes prestados à
Ditadura, para tirá-los de ilusões
falsas em que vivem por propa-
ganda e processos menos honestos
e menos verdadeiros com que a Di-
tadura tem ludibriado tanta e tan-
ta gente, começando por ele pró-
prio General Humberto Delgado,
um dos grandes enganados!

Propositadamente, na minha
carta, omiti o tempo em que em
campos opostos (ele pela Ditadura
e eu pela Democracia), só tinha-
mos um possível contacto que seria
o da força das armas defendendo
cada um de nós o baluarte que nos
dizia respeito. Carinhosamente,
repto, escrevi-lhe para que em
prolongamento leal do nosso tem-
po de Colégio Militar lhe evitasse
aborrecimentos, atritos e até perda
de prestígio, já conquistado não só
no Campo Democrático Nacional,
como em todo o Mundo onde a Li-
berdade Democrática é ainda o
apanágio de uma civilização racio-
nal.

Alguns companheiros de Ideal
sabem que não só não quiz ouvir
minhas palavras amigas e sinceras,
como me forçou a cortar relações,
corta este, que se tornou necessá-
rio por princípios de orientação
pessoal como até por brio e cons-
ciência Democrática, pois não era
eu que ao cabo de quase quarenta
anos de luta, que iria ser repreen-
dido por um, que só no fim quase
de sua vida e carreira, havia com-
preendido que na Democracia é que
estava a razão clara da existência
não só de cada individuo, como da
Nação por eles formada.

Mas tudo passou, cada um de
nós manteve a posição que melhor
entendeu e, como quando chegou
ao Brasil, agora em situação mais
chocante e triste, venho com a
mesma atitude carinhosa e despro-
vido de qualquer ressentimento e
sem que qualquer vantagem possa
tirar dos factos, dizer o ADEUS ao
homem que passou à Eternidade,
alguma coisa fez ou quiz fazer, pe-
la Democracia.

E, este meu ADEUS é simultâ-
neo à repulsa pela maneira bárba-
ra e covarde como foi assassinado
deixando ainda bem claro que a-
pesar da minha discordância com
tantas de suas atitudes também
lhe presto a homenagem ao tempera-
mento combativo que sempre o
dominou, lamentando que por não
ter tido a prática Democrática que
dá aos homens certa ponderação,
filho de sua mentalidade autoritá-
ria, tivesse sido vítima de uma
atração nata que tinha para as
missões difíceis, que por ilusão cla-
ra de supor seus antigos compa-
nheiros de Ideal, Salazaristas, ho-
mens tão benevolentes e leais co-
mo ele próprio, não o pouparam ao
massacre mais infame, de qualquer
assassino.

Este é pois o ADEUS de um
"MENINO DA LUZ" a outro, que
já pertence à HISTÓRIA, que um
dia será glorificado por ter morri-
do em defesa da LIBERDADE PA-
RA PORTUGAL.

Requiem para um homem do povo

RAUL MENDES SILVA

Longos, longos e difíceis são os
caminhos da Liberdade. A Histó-
ria gosta de homens de coragem,
mas para que sejam heróis exige
que eles morram. Até há pouco
tempo, Humberto Delgado era o
nome de um incansável campeão
da Liberdade. Hoje, o milagre do
seu sacrifício transformou o seu
sangue numa bandeira. Nunca
mais em Portugal se poderá falar
em Democracia sem evocar a figu-
ra que agora entrou para a imor-
talidade.

Os ditadores, interpretando pelos
seus processos as leis que eles pró-
prios promulgaram, tinham arran-
cado a Humberto Delgado o título
de general, talvez pensando que
isso constituía uma ignominia. En-
gano nitidamente fascista, porque
foi no momento em que deixou de
ser general do exército de Salazar
que o nosso mártir sentiu que seu
lugar era junto do Povo, de quem
vinha e a quem iria tudo consa-
grar, mesmo a própria vida.

Nesta hora é preciso confessar
que escrevemos com raiva. Não
queremos afetar o ar constricto dos
fariseus, nem acenar com o perdão
inodoro dos covardes. Escrevemos
com raiva, jurando sobre a cam-
pa rasa de Humberto Delgado que
o crime será punido. Os assassinos
não tiveram uma bala para pro-
strar os heróis, nem uma cadeira
eléctrica, nem uma guilhotina. Ma-
taram-nos à cacetada, numa sorte
que qualquer ser humano normal
não guarda para um cão.

Humberto Delgado não é um no-
me para chorar. Os que tombaram
com ele, e os que tombaram antes
dele, merecem ser seguidos, não
chorados.

Na estreita convivência que man-
tivemos com o mártir da Liberda-
de, aprendemos que aquilo que pa-
reciam os seus defeitos eram, na
realidade, virtudes de alma grande,
onde palpitava um impulso indo-
mito. Sua coragem e amor ao Po-
vo, pelo qual tudo deixou, levaram-
no à temeridade de confiar dema-
siado, para logo ser traído pelos
mercenários da PIDE. É ocioso in-
dagar se os algozes foram policiais
espanhóis ou portugueses. É uma

(Continua na pag. 7)

Pela amnistia e contra a repressão

LIBERDADE PARA JOSÉ VITORIANO!

A grande vitória alcançada com a libertação de AIDA PAULA e MANUEL GUEDES — tanto maior quanto o tribunal já havia decidido prorrogar as "medidas de segurança" no caso do último — veio confirmar de uma vez por todas a extraordinária importância das campanhas em prol da Amnistia. Mesmo no terreno em que se sente ainda forte — o do terror policial — o fascismo, quando frontalmente atacado não tem condições para resistir à pressão conjugada da opinião pública internacional e nacional. Está sobejamente provado que OS PROTESTOS ABREM AS PORTAS DOS PRESIDIOS FASCISTAS! A conquista da liberdade para Aida Paula e Manuel Guedes não foi uma vitória isolada. Foi também sob uma irresistível pressão do povo português e de milhões de homens livres de todo o mundo que Salazar se viu forçado a libertar patriotas como MANUEL RODRIGUES DA SILVA, IVONE DIAS LOURENÇO, MARIA LUISA DA COSTA DIAS, MARIA DA PIEDADE DOS SANTOS e outros.

É, portanto, o próprio fascismo que nos aponta o caminho a seguir. Concentremos os nossos esforços na libertação de novas vítimas do fascismo! "Portugal Democrático", congratulando-se pela última derrota infligida a Salazar, convida todos os seus leitores a participarem da grande campanha mundial pela libertação de JOSÉ VITORIANO. Centenas de entidades sindicais de dezenas de países continuam a remeter protestos e apelos às autoridades fascistas exigindo a imediata libertação daquele patriota.

Lembramos uma vez mais que o envio de recortes nossos sobre a repressão, acompanhados de uma simples frase — LIBERDADE PARA JOSÉ VITORIANO — ABAIXO AS MEDIDAS DE SEGURANÇA! — é igualmente uma forma de protesto.

Todas as cartas, abaixo-assinadas e apelos devem ser endereçadas ao "Presidente" da República, a Salazar, ou aos ministros do Interior e da Justiça.

SALVEMOS JOSÉ AGUSTO SILVA!

O caso do jovem estudante José Augusto Silva, já largamente relatado por "Portugal Democrático", continua a provocar a indignação da opinião pública mundial. A propósito da situação em que se acha esse patriota de 15 anos — presentemente internado num reformatório à ordem da PIDE — o Movimento Democrático da Juventude Portuguesa distribuiu, em Abril, um texto de que transcrevemos a seguir as principais passagens:

"Segundo a lei e de acordo com o comportamento habitual da PIDE em casos semelhantes, ele deveria ter sido imediatamente posto em liberdade uma vez que em Portugal não há lei prevendo o delito de subversão para menores. Mas José Augusto não é um menino igual a outros.

"Os seis 15 anos de vida estão marcados pelas violências inerentes do fascismo, diz sua irmã Ivone Dias Lourenço, presa por sua vez aos 20 anos e encarcerada durante seis. E numa mensagem dirigida ao Acto de solidariedade à luta da juventude e do povo português, realizado em Paris, no dia 1 de Março p. p. acrescenta:

"Quando nasceu a nossa mãe estava na prisão, anos e anos de cárcere após anos e anos de luta. Ele viu o sol pela primeira vez através das grades da prisão. E foi também através das grades que conheceu o pai".

(...) E' sobre este rapazinho — um dos melhores alunos do Liceu Pedro Nunes em Lisboa, orfão de pai — o qual preso também durante muitos anos veio a falecer, após a libertação, dos maus tratos recebidos da polícia política — é sobre esta criança, como membro de tal família que se abate o ódio do fascismo. Serviu de pretexto para a sua prisão o fato de pertencer a uma "pro-associação" escolar, organização teoricamente legal, mas que motivou perseguições policiais. Essa circunstância agravada pela sua recusa de integração na organização fascista da "Moçada Portuguesa", concebida nos moldes mussolinianos, foi o bastante para a acção policial. No dia 21 de Janeiro p. p., agentes da PIDE bateram à porta da casa de José

Augusto, dizendo-se portadores de um telegrama. Logo que a mãe abriu, precipitaram-se sobre José Augusto. Espancaram-no brutalmente e repetiram a agressão quando chegaram à sede. Como a idade dele não lhes permite manterem-no preso, enviaram-no para um reformatório, submetido ao regime celular, ao lado de jovens delinquentes de direito comum. A visita regular da mãe foi proibida. Esta dura e infamante situação durará até que ele cumpra 16 anos "maioridade penal", o que permitirá então que seja entregue à PIDE. A data prevista para essa "transferência" é o próximo mês de agosto.

Contra esse odioso e criminoso projeto do salazarismo, ergue-se a opinião pública portuguesa e internacional e o eco da sua indignação repercute sob todas as formas activas de solidariedade.

"É difícil falar de José Augusto Silva sem que uma intraduzível emoção não nos aperte o coração" — declara a advogada Solange Bouvier Ajam no regresso de Portugal onde se deslocou como delegada da Associação Internacional dos Juristas Democráticos, para realizar um inquérito sobre a situação dos estudantes presos.

Aos homens progressistas do mundo inteiro, aos jovens de todas as correntes políticas, às mulheres de todos os países, aos partidos e organizações de massas dirigimos um apelo premente, a fim de que venham em auxílio desta nova vítima da repressão fascista em Portugal dessa criança ameaçada pelas torturas infligidas pelos agentes da PIDE.

ma da repressão fascista em Portugal dessa criança ameaçada pelas torturas infligidas pelos agentes da PIDE.

Associando-se a este apelo pungente, "Portugal Democrático", pede a todos os seus amigos, particularmente à juventude do Brasil e a todos os gremios e associações de estudantes de São Paulo, que participem da campanha pela libertação de JOSÉ AGUSTO SILVA, enviando protestos ao "Presidente" Americo Tomás, a Salazar, aos Ministros da Justiça e do Interior de Portugal ao embaixador de Salazar no Rio de Janeiro e aos consulados de Portugal.

PROSSEGUE O TERROR CONTRA OS ESTUDANTES

Segundo as últimas informações recebidas, a PIDE continua a torturar os estudantes presos. Entre os jovens que foram alvo de violências conta-se o estudante de economia Francisco Chaves, que teve de ser internado de urgência no Hospital da Ordem Terceira em consequência dos maus tratos recebidos. Em comunicado em que denuncia essa e outras violências, a Junta Revolucionária Portuguesa refere também o caso da dirigente estudantil Teresa Tito de Moraes a quem a PIDE arrancou à força de um avião da Swissair, momentos antes da sua partida para a Suíça. Só após algumas semanas de prisão em Caxias foi posta em liberdade.

Apelo Pró Anistia Geral

A campanha pro-amnistia geral aos presos políticos empolga neste momento Portugal de Norte a Sul. O aumento do terror policial, atingindo brutalmente os estudantes e a classe operária, em vez de atingir o seu objectivo psicológico, levou todas as camadas da população a reagir contra a nova onda de violências. Um dos documentos que melhor exprime a firme determinação de todos os democratas portugueses de lutar pela libertação dos patriotas presos é o apelo colectivo que abaixo reproduzimos e que já foi assinado por centenas de destacadas personalidades:

"Senhor Presidente da República Excelência:

As prisões políticas são no nosso país um gravíssimo problema. Em face da sua moral e da sua cultura a maioria dos portugueses não pode aceitar que as diferenças de opção política sejam transformadas em crime. Sabemos que toda a moral parte do livre arbítrio. Pelo menos assim é na civilização a que pertencemos. As prisões políticas roem e abalam a nossa cultura nos seus fundamentos éticos e intelectuais. E roem e abalam também a unidade da nação Portuguesa. Criam um clima de intransigência, fanatismo e perseguição que impossibilita todo o diálogo. São um acto actual de violência é uma semente de futuras violências. Uma pátria é o lugar onde somos livres. Infelizmente vemos que, no momento presente, muitos são os portugueses que escolhem o exílio como quem escolhe a liberdade.

Os presos políticos são homens que, de acordo com a sua consciência, lutaram por um ideal. Um ideal não é um delito. A consciência e o pensamento não são crimes. Aqueles que são capazes de lutar por um ideal são sempre a elite de um país. E, de facto, pelas prisões do actual regime têm passado todos os sectores do pensamento: católicos, ateus, monárquicos, republicanos, democratas, socialistas e comunistas. E pelas prisões do actual regime têm passado sacerdotes, escritores, poetas, artistas, historiadores, sociólogos, economistas, médicos, militares, advogados, engenheiros. E pelas mesmas prisões têm passado centenas de operários, de trabalhadores rurais e de pescadores. Será difícil medir todo o prejuízo que as prisões políticas causaram à actividade criadora e ao crescimento do país, de toda a desgraça e desordem que lançaram no meio de inúmeras famílias onde as crianças foram educadas sem paz, sem pai e sem mãe.

Nesta triste situação, que pesa no espírito de todos os Portugueses informados e lúcidos, impõe-se que V. Exa... usando dos poderes que a Constituição lhe confere, promova uma amnistia geral a todos os presos políticos.

Seguem-se as 129 assinaturas já decifradas nas primeiras listas, das quais fazem parte, entre outras:

Engenheiros: Mário de Azevedo Gomes, Francisco Pinto da Cunha Leal, Francisco Lino Neto, Gonçalo Ribeiro Teles, José Hermegem do Rosário e Carlos Sá Cardoso.

Advogados: Francisco de Sousa Tavares, Artur Cunha Leal, Jacinto Castanho de Menezes, Luís Stau Monteiro, Pedro Cesar Vieira de Almeida, Joaquim Antonio Paes Pires de Lima, Victor Wengerevium, Francisco de Albuquerque Veloso, Fernando Abranches Ferrão, Luís Salas, Duarte Vidal, Mário Soares, Duarte Turras, José Paradelas de Oliveira, Nuno Rodrigues dos Santos, Francisco Salgado Zinha, Fernando Mayer Garção, Armando Adão e Silva, Arlindo Vicente, Eduardo Fernandes, Xançora Camotin, Eurico Ferreira, Santos Ferro, Heliodoro Caldeira, Pestana Junior, antigo ministro, Teófilo Carvalho dos Santos, Francisco X. da Motta Viveiros Pinto, Alvaro dos Santos Marcelo e José Manuel Rodrigues.

Escritores: Ferreira de Castro, Rui de Moura Ribeiro Belo, Sophia de Mello Breyner Andresen, João José Cachofel, Ribeiro dos Santos, Carlos de Oliveira, José Tengarrinha, Artur Ramos, Antonio Alcáida Baptista, Manuel Lourenço, Alberto Ferreira, Maria José Vieira Marinho, Alexandre Cabral, Augusto da Costa Dias, Augusto Abelaira, Maria Helena Costa Dias, Jacinto Baptista, Alexandre Pinheiro Torres, Urbano Tavares Rodrigues, Alves Redol, Bernardo Santareno, dramaturgo, Luís Francisco Rebelo, dramaturgo, Manuel da Costa, Rogério de Freitas, Antunes da Silva, Manuel da Fonseca, Alvaro Salama, Baptista Bastos, Santos Fernando, Fernando Namora, Fiana Basse Pais Brandão, Maria da Graça Varella Cid, Nuno Teotónio Pereira, Pedro Tâmen, José Augusto França, crítico, Manuel Mendes, etc.

Jornalistas: Mário Ventura, Manuel de Azevedo, Raul Régo, Carlos Ferrão.

Cientistas: José Gaspar Teixeira, Egidio Namorado.

Médicos: Armindo Rodrigues, Maria Ligia Alves Monteiro, Mário Monteiro Pereira, Carlos Pereira, Abe, Augusto Dias das Neves, Bandeira de Lima, Herminio Paciência, Luís Branco, Raul Madeira e Abílio Mendes.

E diversos: Fernando Pernes e Alice Jorge, artistas; José Fernandes Neves Bello, José Polla e Carmo, José Manuel Galvão Teles, José Manuel Ramos Lopes, Manuel José Bidarra de Almeida, João Maria da Paula Reis, Maria Natália Duarte Silva, Maria de la Salette Tavares, Alberto Moutinho Abranches, Rui José Carlos, Alexandre Moniz Bettencourt, José Magalhães Godinho, professor, Gálios Vilhena, cap. reformado, Jorge Henrique Costa Pereira, cap. reformado, Rodrigo de Figueiredo Pereira Botelho, cap. na reserva, José Barracoso, proprietário, Américo Cruz, antigo aluno do Colégio Militar, Manuel Pestana, cap. reformado, Carlos Pina, publicista e

proprietário, Francisco da Cunha Aragão, oficial da Marinha, reformado, Mimoso Serra, cap. de engenharia, Lúcio Campos Martins, major reformado, Joaquim da Fonseca, proprietário, Jorge de Oliveira Braga, guarda-livros, Eduardo Rodrigues, proprietário, Hermetário Duarte, contabilista, João do Carmo Medeiros de Almeida, cap. da Marinha Mercante, José Moreira de Campos, oficial da Marinha reformado, Alvaro da Silva, José Reis, Guilherme Vassalo Correia do Mota, Julio F. Oliveira, almirante reformado, José Mendes Cabeçadas, vice-almirante reformado e antigo ministro, Helder Ribeiro, coronel reformado, António Candeias Duarte, etc.

Solidariedade à Espanha

Em Março p.p. realizou-se em Londres uma Conferência internacional contra a Repressão em Espanha, à qual compareceram numerosos democratas portugueses. Além dessa participação directa, foram recebidas muitas manifestações de solidariedade à luta do povo espanhol enviadas de Portugal e de patriotas portugueses que lutam na emigração contra o fascismo. Publicamos abaixo as cartas enviadas pelos presos políticos de Caxias e Peniche e uma mensagem do conhecido dirigente operário Francisco Miguel.

Dos presos da Fortaleza de Peniche:

"Nós, anti-fascistas portugueses, encarcerados na já célebre fortaleza-prisão de Peniche, sujeitos a um verdadeiro regime terrorista, quase todos condenados a prisão praticamente perpétua com a aplicação das célebres "medidas de segurança", dirigimos a todos os delegados da Conferência de Londres Contra a Repressão em Espanha as nossas mais calorosas saudações, o nosso inteiro apoio a este acto de solidariedade para com os nossos irmãos espanhóis.

Março de 1965
Os presos da Fortaleza de Peniche,
Dos presos políticos da Fortaleza de Caxias:

"Os homens, mulheres e jovens encarcerados na Fortaleza de Caxias (Lisboa) saudamos calorosamente todos os participantes na Conferência de Londres Contra a Repressão em Espanha desejando a esta pleno êxito.

Nós, anti-fascistas portugueses vítimas de uma ditadura fascista idêntica à que oprime os nossos irmãos de Espanha, sentimos e compreendemos melhor que ninguém o valor desse acto de solidariedade e apoiamos com todo o entusiasmo de homens que aspiram e lutam pela liberdade e a justiça a vossa acção contra a repressão, em defesa dos presos políticos espanhóis, por uma anistia geral em Espanha.

Os presos políticos da Fortaleza de Caxias.

Março de 1965

De Francisco Miguel:

"Queridos amigos:

Na sua luta corajosa e persistente, contra a ditadura franquista que o oprime há mais de duas décadas de anos, o heróico povo espanhol tem contado sempre e continuará a contar com o apoio dos homens progressivos de todos os países. O mundo não esqueceu nem esquecerá jamais o sangue derramado pelo povo espanhol em defesa da liberdade e da democracia.

E hoje, que todos os homens progressivos e esclarecidos de Espanha desejam devolver ao seu país a paz e a liberdade, e quando, reprimindo esses anseios de justiça, as forças de repressão fascistas praticam novos crimes, todas as pessoas de consciência recta do mundo inteiro se sentem solidárias com o povo espanhol e levantam a sua voz para condenar energeticamente os crimes do regime franquista e todos os actos de repressão de que estão sendo vítimas os anti-fascistas de Espanha.

Nós, portugueses anti-fascistas, vizinhos e irmãos do povo espanhol, que sofremos igualmente a opressão duma ditadura fascista aliada do regime de Franco, estamos ao lado dos nossos irmãos de Espanha e apoiamos decididamente a sua luta.

A libertação da Espanha do domínio fascista interessa a todos os povos do mundo e interessa de maneira particular ao povo português que habita a mesma Península Ibérica, hoje oprimida, mas disposta a conquistar sua liberdade.

Os portugueses anti-fascistas, que em consequência da luta pela liberdade sofreram ou já sofreram muitos anos de encarceramento, compreendem melhor que ninguém a situação presente do povo espanhol e apoiam com a maior decisão a sua luta por uma Espanha livre.

Condenando enérgicamente as acções repressivas e o terror da ditadura franquista, enviamos ao heróico povo espanhol as nossas mais calorosas saudações e a nossa total solidariedade, confiantes de que na Espanha triunfará a liberdade e a democracia.

Queridos amigos:
Salientando uma vez mais a grande importância da vossa iniciativa, saudamos todos os delegados presentes e desejamos à Conferência de Londres contra a Repressão em Espanha os maiores êxitos.

Viva o heróico povo espanhol!
Abaixo a ditadura franquista!
Abaixo o fascismo da Península Ibérica!

Março de 1965
Francisco Miguel"

Pequenas Notícias

● As despesas com as guerras coloniais elevaram-se em 1964 a seis milhões e quatrocentos e sessenta mil contos portugueses, isto é, cerca de 270 milhões de dólares!

● Uma jornalista sueca, enviada especial da cadeia "Skanska Dagblad" foi detida pela PIDE à saída de Portugal e submetida a vários vexames. A polícia apropriou-se de toda a documentação que colhe durante a sua estada em Portugal.

● O fantoche Tshombé proibiu que os patriotas angolanos utilizem para fins de treino militar o campo de Kinkunzu, perto de Thysville. Recordamos que Kinkunzu era a principal base de que o G.R.A.E. dispunha em território congolês.

● O petróleo do Dondo, em Moçambique, vai ser explorado por uma empresa norte-americana. Só nas prospecções essa firma já investiu quinze milhões de dólares. O governo de Salazar acaba de lhe dar autorização para alargar as pesquisas às regiões de Luambo e Chinde.

● A pesca do atum continua a decrescer de modo alarmante no Algarve. A crise entre a classe piscatória e os trabalhadores da indústria conserveira assume proporções cada vez maiores.

● A Junta Executiva da UNESCO eliminou Portugal de duas conferências internacionais a serem realizadas e ordenou uma investigação sobre a educação em Angola e Moçambique.

● Uma missão japonesa visitará brevemente as minas de ferro de Cassinga, em Angola, a fim de estudar a possibilidade de participação de capitais nipónicos na exploração dos minérios da região. A entrega de Angola ao grande capital estrangeiro prossegue...

PORTUGAL DEMOCRATICO

O PRIMEIRO DE MAIO FOI UMA JORNADA DE LUTA

LISBOA (Do Correspondente) — Apesar de todas as manobras de intimidação do governo e das precauções tomadas pelo aparelho repressivo do regime, o povo de Lisboa manifestou-se nas ruas no 1.º de Maio, enfrentando desarmado a Polícia e a G.N.R.

Para desencorajar os manifestantes, a cidade passou a ser patrulhada intensamente desde a tarde do dia 30 de abril, num apertado bôlco verdadeiramente impressionante.

No dia 1.º, logo no início da tarde, o número de policiais fardados e à paisana, aumentou consideravelmente na zona da Baixa. Carros da PSP e um jeep da polícia militar com elementos armados de metralhadoras principiaram a circular nas principais ruas. O número de agentes da PIDE e de legiônários era também considerável. Em frente da esquadra do Teatro Nacional uma central transmissora dava instruções às forças repressivas mobilizadas. Nesse local era particularmente impressionante a concentração policial: poli-

cia de choque, polícia militar, carros de água, inúmeras viaturas, etc.

Tudo isso não impediu que às 18 horas o povo convergisse para a Baixa, enchendo as ruas. Cerca de 10.000 pessoas espalhavam-se entre o Rossio, os Restauradores, a Rua Barros Queiroz, o elevador de Santa Justa, o Largo de S. Domingos, Casais com filhos, muitas mulheres, soldados e marinheiros, mas a maioria jovens, sobretudo trabalhadores.

Agentes da PIDE identificam-se; mandam circular. Um carro da PSP põe-se em movimento. Dos seus altifalantes, saem ordens: "É favor circular. É favor não ficarem parados!" Mas a circulação faz-se dos Restauradores para o Rossio e vice-versa.

As 18.20 a PIDE e a PSP recebem um choque. De um altifalante colocado pelas forças democráticas num prédio do Rossio saem palavras de incitamento, apelos para que o 1.º de Maio seja uma jornada de luta contra o fascismo. Fala-se no levantamento nacional. Há entusiasmo entre a multidão. Rebentam morteiros ante a fúria impotente do aparelho de repressão que não consegue descobrir quem os lança. Alguns grupos, no meio da massa humana soltam vivas à liberdade.

Pelas 20 horas um grupo de 80 jovens, muitos deles estudantes, rompe cantando a Portuguesa junto aos telefones do Rossio. A Po-

lícia intervem, com a maior brutalidade. "Pareciam feras de pista, la em punho" — segundo o depoimento de um estudante. Registram-se as primeiras cenas de espancamento. As metralhadoras são apontadas contra o povo. Começam as correrias, o tumulto, a gritaria. Há feridos. Três rapazes são presos. Um deles está ensanguentado, com a cabeça aberta por uma coronhada.

Mas o povo não abandona o eixo Rossio-Restauradores. Ouve-se gritar "Avenida acima". E a manifestação alarga-se, invade a Avenida da Liberdade. A PIDE, a PSP e a GNR prosseguem com os espancamentos. Só depois das 21 horas a multidão começa a esvaziar as ruas da Baixa.

O 1.º de Maio fôra uma vez mais, em Lisboa, uma jornada de luta.

GREVE EM PERO PINHEIRO

Entre as várias greves desencadeadas na sequência das lutas do 1.º de Maio conta-se a dos operários de mármore em Pero Pinheiro. Todas as ameaças da PIDE têm esbarrado com a firmeza dos trabalhadores. Chamada pelos patrões a Guarda Nacional Republicana compareceu em força e elementos a cavalo carregaram com a maior selvajeria o pessoal quando este se reunia em assembléa para reafirmar as suas reivindicações. Do choque resultaram numerosos feridos tendo a GNR e a PIDE realizado mais de 40 prisões.

O Obscurantismo Salazarista - VIII Ainda à Investigação Científica

Joaquim Barradas de Carvalho

Ao reler uma coleção do nosso jornal deparamos com um artigo, não assinado, e com o título A investigação científica e a actual situação política portuguesa (Portugal Democrático, n.º 6 de 7-XII-1965, p. 7). Por se tratar de artigo que reflete da melhor maneira o que se passa nestes domínios no "paraíso" salazarista, lembremos os factos relatados nesse oportuno e optimo pequeno artigo, transcrevendo-o: "Há vinte anos a Academia das Ciências de Lisboa criou — graças a uma doação do benemérito Artur Malheiro — um prémio destinado a coroar anualmente o melhor trabalho de investigação científica apresentado à Academia. Em anos sucessivos, o prémio Artur Malheiro seria atribuído ao resultado de pesquisas em ciências matemáticas, físico-químicas, biológicas, etc. — A criação deste prémio constituiu um poderoso incentivo junto dos investigadores jovens tanto mais que não havia em Portugal qualquer outro prémio destinado a galardoar trabalhos de investigação científica. Passados vinte anos sobre a criação deste prémio ocorre perguntar: que fazem, onde trabalham os laureados do Prémio Artur Malheiro da Academia das Ciências de Lisboa? — Um — precisamente o primeiro a receber o galardão, é hoje Professor de matemática numa Universidade Argentina, outro vive há anos em Lourenço Marques impossibilitado de reger a sua cátedra da Universidade de Coimbra; um terceiro — um dos valores mais positivos da sua geração — é hoje comerciante; dois outros foram obrigados a exilar-se em França para aí poderem prosseguir os seus trabalhos de investigação científica. Será Maria Valadares? Será Alfredo Pereira Gomes? Pouco importa, pois entre a meia dúzia de nomes citados encontramos dos maiores valores que jamais Portugal teve nas Ciências Matemáticas — António Aniceto Monteiro, Hugo Baptista Ribeiro, Ruy Luis Gomes — nas Ciências Físicas — Manuel Valadares — nas Ciências Biológicas — Aurelio Quintanilha. — Estes factos testemunham quanto o obscurantismo é um dos aspectos mais sinistros da política de traição à Pátria do Governo fascista de Salazar.

que Portugal jamais teve, e um dos infelizmente galardoados pela Academia das Ciências de Lisboa com o Prémio Artur Malheiro. Os restantes galardoados com o Prémio Artur Malheiro, são: António Aniceto Monteiro, Doutor em Ciências Matemáticas pela Universidade de Paris, e actualmente Professor na Universidade de Baía Blanca, na Argentina; Aurelio Quintanilha, que vive actualmente em Lourenço Marques, e foi de 1940 há já muitos anos a sua cátedra de Ciências Biológicas da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra; o comerciante de que fala o Professor Manuel Valadares, é certamente o Professor Marques da Silva, demitido em 1947 das suas funções docentes na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; o Professor de matemática numa Universidade dos Estados Unidos da América do Norte é Hugo Baptista Ribeiro, Doutor por uma Universidade da Suíça; aquele que na altura aguardava julgamento nas prisões da cidade do Porto, é Ruy Luis Gomes, ex-candidato da Oposição Democrática Portuguesa às eleições presidenciais, demitido das suas funções de Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, ex-Professor da Universidade de Baía Blanca na Argentina, e actualmente Professor de matemática na Universidade do Recife no Brasil. Um nome nos escapa à identificação: aquele que, com Manuel Valadares foi obrigado a exilar-se em França para aí poder prosseguir os seus trabalhos de investigação científica. Será Maria Valadares? Será Alfredo Pereira Gomes? Pouco importa, pois entre a meia dúzia de nomes citados encontramos dos maiores valores que jamais Portugal teve nas Ciências Matemáticas — António Aniceto Monteiro, Hugo Baptista Ribeiro, Ruy Luis Gomes — nas Ciências Físicas — Manuel Valadares — nas Ciências Biológicas — Aurelio Quintanilha. — Estes factos testemunham quanto o obscurantismo é um dos aspectos mais sinistros da política de traição à Pátria do Governo fascista de Salazar.

Requiem...

(Conclusão da pag. 5)

questão inútil e destituída de interesse, porque qualquer das polícias o poderia ter chacinado. O Povo Ibérico vota igual repugnância a ambas as máquinas de repressão, o que importa saber é, realmente, que a chacina dos heróis foi perpetrada friamente por mandatários dos ditadores.

Os carrascos da Península firmaram entre si um pacto, segundo o qual, em caso de insurreição em um dos seus países, os exércitos de um intervirão no outro. Fiquem sabendo os algozes do Povo Ibérico que também nós, os democratas portugueses e espanhóis, firmámos um pacto semelhante; na mesma hora em que um dos nossos povos conquistar a Liberdade, nosso primeiro acto será ajudar o Povo Irlandês a conquistar a sua.

Não era difícil imaginar o que iria suceder, após as últimas notícias. Os chacais do Diário da Manhã de Lisboa, e seus asseclas do mundo inteiro, atribuíram a culpa aos comunistas, de quem o general se havia separado politicamente. É óbvio que, se não se houvesse separado, a culpa seria igualmente dos comunistas. Para quem escrevem os redactores do Diário da Manhã? E para quem falam os seus correligionários no exterior? A quem pretendem iludir?

Honra a um homem bravo, honra a Humberto Delgado, que jamais esqueceremos. Um dia, muito breve, ensinaremos seu nome e seu exemplo aos jovens da nossa terra, quando Portugal for um país livre e os criminosos tiverem sido julgados. Aqueles que cairam com ele, como sua secretária Arámary Campos, serão também recordados com ternura.

A morte do herói deve ser um passo para a união de todos os que desejam libertar a Pátria. Neri outro sentido pode ter um sacrifício tão magnífico. O sangue que agora correu na Península, bem junto da fronteira, tem um significado profundo e convida-nos a união de esforços. Aqueles que persistem na nossa divisão, são provavelmente os mesmos que levaram Humberto Delgado até à fatal emboscada.

Antes de Delgado muita gente morreu pela Liberdade, em Portugal. E cada herói sacrificado é mais um marco no gigantesco muro do sangue que o nosso Povo vem erguendo, dia a dia, contra a ditadura maldita. O muro da vergonha.

Não nos peçam que perdoemos, estamos cheios de ódio porque mataram um herói, como nem se mata um cão. Certamente o torturaram antes, junto com os companheiros sacrificados.

Nós te juramos, Humberto Delgado, filho do Povo, que um dia as crianças portuguesas irão decorar o teu nome para o cantar nos dias de festa. Teu nome será festa e saudade. E tanta vez repetido que jamais poderemos ser patriotas em Portugal sem evocar a tua figura de mártir. Não um mártir piedoso e triste, mas um Homem, um Homem de coragem.

Colonialismo e Anticolonialismo

Angola

A GUERRA DIA A DIA

A explosão de minas colocadas por elementos da A.L.N.A. fez ir pelos ares, a 50 Km de Malange, uma locomotiva e dois vagões duma composição ferroviária e descarrilar o resto da composição. As perdas materiais foram avaliadas pelas autoridades fascistas em alguns milhares de contos.

No assalto a um acampamento do exército colonialista, no distrito de Luanda, um comando da A.L.N.A. apoderou-se de importante material de transmissões e sanitário e de armas modernas abandonadas pelas tropas portuguesas em fuga. O ataque resultou na morte de 7 soldados portugueses e de 4 combatentes nacionalistas.

Numa emboscada entre Tôto e Bembe, distrito do Congo, o exército colonialista perdeu três viaturas e sofreu severas perdas em homens.

Durante violentos combates ocorridos perto de Quibaxe, distrito de Quanza-Norte, perderam a vida 9 soldados portugueses e 5 patriotas angolanos.

Perto de Ambriz, distrito de Luanda, foram também travados combates de grande violência durante os quais o exército colonialista sofreu 6 baixas incluindo o soldado Sebastião Rui que caiu prisioneiro das forças nacionalistas e 2 feridos conduzidos a uma guarnição da A.L.N.A.

Outros vezes das tropas colonialistas se verificaram em diversos recontros assinalados nos distritos de Luanda, nas proximidades imediatas da Capital, nos distritos de Quanza-Sul, na região sul do distrito de Malange e, pela primeira vez, no distrito de Lunda, feudo da Companhia dos Diamantes.

Enquanto isso no enclave de Cabinda, onde os destacamentos do M.P.L.A. desenvolvem intensa atividade, torna-se cada vez mais precária a situação das tropas colonialistas, as quais já não ousam abandonar os aquartelamentos. Este próprio facto explica a pouca frequência dos combates naquele território, aplicando-se os guerrilheiros principalmente em actos de sabotagem e de isolamento das guarnições colonialistas. A destruição de uma importante ponte sobre o rio Lombe tornou impossível o abastecimento por terra do campo militar de Sanga e isolou com-

pletamente um terço de região do Alto-Malombe que se encontra, agora sob o controle dos guerrilheiros do M.P.L.A.

Moçambique

Sem ter atingido o desenvolvimento a que chegou a luta de libertação em Angola logo nos primeiros tempos, a luta que actualmente se trava em Moçambique apresenta no entanto a dupla particularidade de se desenvolver em regiões muito diversas, tão distantes entre si como são os distritos de Tete e de Moçambique, e de penetrar profundamente no interior do país.

A intensificação das ações de guerrilha, com emboscadas e actos de sabotagem sucedendo-se quase diariamente, revelam por outro lado um rápido crescimento da organização das forças nacionalistas nos meses mais recentes.

O ASSASSINIO DE DELGADO

(Concl. da pag. 2)

lecionada em Portugal sobre o "affaire" Delgado. O assunto, porém, transcendendo as fronteiras lusitanas e está sendo hoje acompanhado pela opinião mundial. Esta não se contentará com um dar de ombros do regime do sr. Oliveira Salazar, como se o problema não fosse seu. E para que nenhuma dúvida fique sobre o que verdadeiramente ocorreu com o General Delgado e seus colaboradores, faz-se mister que as autoridades portuguesas demonstrem sincera preocupação em esclarecer o trágico acontecimento.

Por outro lado, a União Democrática Portuguesa organizou em São Paulo, no dia 7 de maio, uma sessão em homenagem à memória de Delgado, a que noutro lugar desta edição damos o relevo que merece, e na qual foi aprovado por aclamação o envio a Salazar e a Franco de dois documentos, responsabilizando os dois governos ibéricos pelo crime. Está marcada para o próximo dia 10 de junho, a realização de um ato público no Rio de Janeiro, tendo como convidado de honra o Embaixador Dr. Alvaro Lins, esse intemerato lutador que nunca falta à chamada sempre que se trata de desmascarar a ditadura salazarista, que co-nheceu de perto quando do exercício das suas funções em Lisboa.

NO URUGUAI

Em Montevideu, a Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay, con-

cedeu no passado dia 4 de maio uma entrevista coletiva à Imprensa deste país que veio publicada em quase todos os jornais, desfazendo as insinuações da propaganda salazarista, que tenta ilibar a PIDE da responsabilidade deste crime abominável.

REAÇÃO DE JÂNIO QUADROS

Finalmente, o ex-presidente da República do Brasil, dr. Jânio Quadros, ao tomar conhecimento do assassinio político do General Humberto Delgado, enviou a Salazar o seguinte telegrama:

"Consciência livre luso-brasileira exige governo português possibilitar, através Nações Unidas, rigorosa investigação apure responsabilidades históricas assassinio general Delgado e seus acompanhantes. Isso ou tácita aceitação da autoria crime hediondo. Jânio Quadros ex-presidente dos Estados Unidos do Brasil."

A reação do fascismo português foi imediata; proibiu o sr. Jânio Quadros de desembarcar em Lisboa, ou de entrar em contacto com a Imprensa, quando, dias depois, por ali passou a bordo do "Brazil Star", em trânsito para Londres. Cabe recordar que o ex-Presidente do Brasil nunca escondeu a sua repulsa pelo fascismo português: em entrevista concedida a PORTUGAL DEMOCRATICO em abril de 1963, fez questão de afirmar que considerava Salazar um espírito medieval.

PORTUGAL DEMOCRATICO
DIRETOR RESPONSÁVEL: Otávio Martins de Moura
SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 - Tel.: 43-0202
REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva - Rua Real da Torre, 819 - 1.º
CURITIBA: A. Ferrer - Rua João Pessoa, 67.
LONDRINA: Julio Duarte - Edifício Centro Comercial - Apto. 141.
PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio - R. Dr. Flores 26 - Rio Grande do Sul.
PELOTAS: Heitor M. Bandeira - Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul
INGLATERRA: British Committee 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.
HOLANDA: ANGOLA COMITE - Vinckenstraat 15 - Amsterdã - C.
CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 10 - Eden Place Toronto 2B - Ontário
A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. Apt.1 Montreal 15, P.Q.
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa - Apartado 8287 - Caracas.
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128, Distrito 5 - Montevideo.
CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro - Postovná Urada - Praha.
FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democrático" 29, rue St. André des Arts, Paris - 6.º eme.
REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 - Sala 2 - Tel.: 37-0933 - São Paulo.
EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
sábados: das 15 às 19 horas.

Sepultamento de Delgado em Portugal

EXIGEM PORTUGUESES, BRASILEIROS E ESPANHOIS

Publicamos abaixo o texto das cartas enviadas aos ditadores Salazar e Franco pelos participantes do Acto Público de homenagem à memória do General Humberto Delgado, cuja reportagem vem inserida na página 4.

Antonio de Oliveira Salazar
Palacio de São Bento
Lisboa

Os signatários, brasileiros, portugueses e espanhóis, reunidos em São Paulo, no auditório do Centro Republicano Português, em Acto Público de homenagem à memória do General Humberto Delgado, CONSIDERANDO, que tanto o governo de Lisboa como o de Madrid vêm impedindo por todos os meios ao seu alcance o esclarecimento das circunstâncias em que o General e sua secretária foram assassinados; que os corpos foram sepultados em Villanueva del Fresno, apressada e incompreensivelmente, no maior segredo, sem que se procedesse à sua autópsia; que as declarações feitas à imprensa internacional pelos irmãos da brasileira D. Arajarjy Campos vieram fortalecer a hipótese de que o General tenha sido assassinado em Portugal, pois combinara previamente que a expedição de um postal de Badajoz, por pessoa amiga, significaria que já atravessara a fronteira; que a esposa do General foi inclusive impedida pelas autoridades espanholas de proceder à identificação do cadáver do marido; RESOLVEM: Responsabilizar a sua pessoa pelo assassinio político do General Humberto Delgado, perpetrado pela PIDE, e responsabilizá-lo pelo assassinio da cidadã brasileira Arajarjy Campos; denunciar a cumplicidade das autoridades espanholas com o seu governo; protestar contra todas as mistificações a que se vêm entregando o governo português a respeito do caso, ignorando os apelos para que a autópsia — cujo resultado teme — seja realizada imediatamente e sob a fiscalização de cientistas indicados pela Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas; exigir que ao corpo do General Humberto Delgado seja dada sepultura em território português com as honras a que o grande patriota tem direito; repelir com o desprezo que elas merecem as insinuações das autoridades fascistas de que a Oposição democrática portuguesa estaria envolvida no crime.

São Paulo, 7 de Maio de 1965

Seguem-se as assinaturas:

FLORESTAN FERNANDES, Presidente do Acto e Professor da Universidade de São Paulo; ANTONIO MEDAWAR, escritor; LIGIA FAGUNDES TELLES, Vice-Presidente da União Brasileira de Escritores; CAIO PORFÍRIO CARNEIRO, escritor; ALTINO DANTAS JUNIOR, Vice-Presidente da União Estadual de Estudantes; LUCILA LABAQUE, Pelo Diretório Central de Estudantes da Universidade de São Paulo; PROGRESSO BANHO, Diretor do Centro Democrático Espanhol; SYLVIO BAND, Pelo Grémio Politécnico; JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO, Professor Universitário e representante da Unidade Democrática Portuguesa; ALEXANDRE ANTUNES PEREIRA, Diretor do Centro Republicano Português; MIGUEL URBANO RODRIGUES, jornalista; MARIA ARCHER, Pela União das Mulheres Portuguesas; VICTOR RAMOS, professor Universitário; MARIA MANUELA ANTUNES, professora Secundária e escritora; JOSÉ VENDRELL, conselheiro e crítico de arte; MARGARIDA BARRADAS DE CARVALHO, historiadora; MANUEL FERREIRA MOURA, técnico industrial; JOÃO FERRI SOARES VEIGA, professor universitário; ISOLINO DA CUNHA MOTA, jornalista; ALMENDRO PORFÍRIO, comerciante; FERNANDO TEIXEIRA PINTO, industrial; VIRGINIA MEDAWAR, Prendas domésticas; ABILIO RODRIGUES DA SILVA, editor; LENIRA MACHADO estudante; JONAS NEGALE, escritor; CONSTANTINA PRADO, estudante; JOSÉ CORREIA, industrial; JULIA MATEUS, prendas domésticas; FRANCISCO SANTOS GOMES, comerciante; JOAQUIM D'AVELAR, professor; ODILA DUDUS, jornalista; KI-

TY BORTY, publicitária; ANTONIO MARTA, industrial; ALVARO MOSCA FROLICH, universitário; BENTO MARTUCIN, operário; JOSÉ MARIO BODAS, industrial; ARMINDO DE AZEVEDO, comerciante; ACILIO LOPEZ, topógrafo; JOAO SAMPAIO CRUZ, comerciante; RAUL CIRIACO DA CUNHA, industrial; HELDER COSTA, publicitário; MANUEL ROCHETA, representante; FERNANDO SILVA RAMOS, técnico de electricidade; LENINE ALEXANDRE, desenhador; ANTONIO BARYA, operário; HERLANDER GOMES, desenhador; MARIA HERCILIA PASSOS, prendas domésticas; STELIO CABO PASSOS, comerciante; FRANCISCO FERNANDES, ARMANDO MORA DE OLIVEIRA, LUIZ RODRIGUES, A. GONZALES, JANETTE PEREIRA, TEREZINHA BODAS, FELIPE SANCHES, R. MARTINS, GOMES PEREZ RONSO, ELENA CUENCA, J.B. CAMENHO, ANTONIO RODRIGUES, JULIO PEREIRA, BENITO, LACIER MATIAS, JOSUE MATIAS, e mais algumas dezenas de nomes ilegíveis.

CARTA A FRANCO

O documento enviado a Franco, assinado pelas mesmas pessoas, é do seguinte teor:

"General Francisco Franco
Palacio del Pardo
Madrid

Os signatários, brasileiros, portugueses e espanhóis, reunidos em São Paulo no auditório do Centro Republicano Português, em Acto Público de homenagem à memória do General Humberto Delgado, CONSIDERANDO que o governo de Madrid vem impedindo por todos os meios ao seu alcance o esclarecimento das circunstâncias em que o General e sua secretária foram assassinados; que os corpos foram sepultados em Villanueva Del Fresno, apressada e incompreensivelmente, no maior segredo, sem que se procedesse à autópsia; que a esposa do General foi impedida pelas autoridades espanholas de proceder à identificação do cadáver do seu marido; RESOLVEM: Responsabilizar a ditadura espanhola e particularmente a sua pessoa por cumplicidade no assassinio político do General Humberto Delgado e de sua secretária a cidadã brasileira Arajarjy Campos; protestar contra todas as mistificações a que o governo espanhol se vem entregando no intuito de iludir a opinião mundial, levando-se a crer que é seu desejo esclarecer o covarde assassinio político, quando as suas atitudes demonstram o contrário; insistir na imediata realização da autópsia, sob fiscalização de cientistas indicados pela Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas; exigir que os corpos do grande patriota e de Arajarjy Campos sejam entregues a seus familiares para que lhes seja dada sepultura, respectivamente, em terras portuguesa e brasileira.

MILITARES MORTOS NA GUERRA COLONIAL

Publicamos abaixo os nomes de mais alguns militares mortos nas guerras coloniais em que se acha envolvido, contra os seus interesses, o povo português:

GUINÉ — soldado José Basílio Moreira, soldado Felisberto Rosa Cardim, segundo-sargento Miguel da Anica, soldado Fernando Teixeira Soeima, soldado Hernani Guedes de Melo.

ANGOLA — alferes medico João Augusto Carmo Cabral Andrade.

ULTIMA HORA NOVAS PRISÕES

LISBOA (Do Correspondente) — Ao mesmo tempo em que o Apelo pela amnistia aos presos políticos ganha as dimensões de campanha nacional, recebendo as assinaturas das personalidades mais representativas de todos os sectores da vida portuguesa, a PIDE, desesperada com a sucessão de derrotas que as forças democráticas lhe vêm inflingindo, arrancando das suas mãos patriotas como Manuel Rodrigues da Silva, Maria da Piedade Santos, Aida Paula e Manuel Guedes, acaba de realizar nova vaga de prisões, principalmente na margem sul do Tejo. Entre os patriotas presos figuram DOMINGOS ABRANTES FERREIRA, MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES MATOS, EDUARDO PIRES, MARIA DA GLORIA SIMÕES, JOSE MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS e JULIETA DA CONCEIÇÃO CABRITA.

Segundo as ultimas informações, todos esses democratas, permanecem em regime de rigorosa incomunicabilidade e estão a ser submetidos a torturas. A situação de DOMINGOS ABRANTES inspira preocupações especiais. Foi um dos patriotas que se evadiu em Dezembro de 1961 da Fortaleza de Peniche, A PIDE, que não esqueceu esse episódio em que se cobriu de ridículo, vota-lhe um ódio mortal até porque o comportamento heroico de DOMINGOS ABRANTES perante o tribunal que o condenou é apontado como exemplo.

Só a urgente mobilização da opinião publica internacional pode salvar da tortura (e talvez da morte) estes patriotas.

A CAMARA MUNICIPAL DE S. PAULO AO LADO DOS ESTUDANTES

A vaga de terror policial desencadeada pelo fascismo português contra os estudantes de Lisboa suscitou, conforme salientámos em nosso ultimo numero, profunda indignação em todo o Brasil. Além das manifestações de protesto e repulsa a que já nos referimos, partidas de professores universitários e de entidades estudantis paulistas, vale a pena transcrever em nossas colunas o texto da moção (n.º 40/65, de 21/4/65) aprovada pela Camara Municipal de São Paulo. É do seguinte teor o apelo dos edis paulistas:

"Considerando as notícias veiculadas pela imprensa internacional, através das quais numerosos estudantes portugueses se acham ameaçados de serem as suas matriculas cassadas em consequencia de lutas que travam pelas liberdades associativas;

Considerando ainda o forte elo de amizade que nos une à Mãe Pátria, o que, em consequencia provoca em grande parte de nossa população um interesse desusado por tudo o que ocorre nesse país;

A Camara Municipal de São Paulo, através da presente moção formula um veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Republica Portuguesa, almirante Americo Rodrigues Tomas, após ter conhecimento de que várias dezenas de estudantes portugueses se acham ameaçados de serem as suas matriculas cassadas, em consequencia de se terem reunido na Cidade Universitária para defesa de seus direitos associativos, no sentido de que S. Exa exerça sua influencia para impedir que venha a concretizar-se aquela medida que destruirá por completo a carreira desses jovens."

A moção, aprovada pelo plenário, foi subscrita pelos vereadores Roberto Gusmão, Fausto Lima, Gioio Junior, Reinaldo Canto Pereira e Juvenal Leocatlili.



A Guarda Nacional Republicana é, há muito, o núcleo central do aparelho de repressão do fascismo português. Com o rodar dos anos foi se transformando num corpo de mercenários do regime, dotado de mais moderno armamento e chefiado por oficiais que são autênticos profissionais do crime. É a banda dessa guarda pretoriana do fascismo que Salazar, como "homenagem" aos brasileiros se prepara para enviar ao Festival Internacional de Bandas Militares, que se realizará no Rio de Janeiro no proximo dia 13.

A nossa gravura mostra alguns truculentos elementos da GNR, sorridentes, à porta da cadeia do Aljube, em Lisboa, onde dezenas de patriotas pagam com a prisão o seu amor à Liberdade.

Dissolvida a Sociedade de Escritores Portugueses

No momento em que fechávamos esta edição chega-nos a noticia de que Salazar ordenou a dissolução da Sociedade de Escritores Portugueses. Sem dispormos ainda de informações dos nossos correspondentes, limitamo-nos a transcrever o telegrama que um matutino de São Paulo publicou sobre esse novo acto de violencia do fascismo salazarista, revelador do desespero que o domina:

LISBOA, 22 (AFP, UPI e Reuters) — O governo salazarista, representado pelo ministro da Educação Nacional, prof. Inocencio Galvão Telles, dissolveu ontem a Sociedade de Escritores Portugueses, por ter atribuído um premio literario a um presidiário acusado de atividades subversivas.

Esta tradicional sociedade portuguesa promoveu recentemente um concurso de literatura e atribuiu seu primeiro premio, no valor de 50.000 escudos ao romance "Luanda" da autoria de Lualdino Vieira. Mais tarde veio a saber que este é o pseudónimo de Jose Vieira Mateus, que está preso desde 1962 na penitenciaría de Cabo Verde, sob a acusação de atividades terroristas. A promotora do concurso divulgou posteriormente um comunicado em que afirma que o premio foi concedido sem considerações politicas, mas apenas obedecendo os meritos da novela "Luanda".

O ministro da Educação, justifi-

cando sua decisão, assinalou "que tal premio ofende profundamente o sentimento nacional, pois o povo português relembra ainda a época em que os soldados luzitanos eram vítimas do terrorismo", do qual Vieira fazia parte.

Por outro lado, uma turba de cerca de 50 "manifestantes" invadiu e destruiu a sede da Sociedade de Escritores, quebrando maquinas de escrever, arquivos, moveis e outros objectos da sociedade, além de pintar nas paredes diversas legendas, tais como "agencia terrorista em nosso territorio metropolitano", "seção da MPLA" (Movimento Popular de Libertação da Angola).

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Cons. Furtado 191 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes